



**PREFEITURA DE
LONDRINA**

Controladoria-Geral do
Município

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2021

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Publicado em março de 2022

<https://portal.londrina.pr.gov.br/images/stories/jornalOficial/Jornal-4601-Extra-Assinado-pdf.pdf>

Controladoria-Geral do Município

Controlador-Geral do Município

Newton Hideki Tanimura

Equipe Técnica

Edson Gaiotto – Contador Responsável Técnico em 31/12/2021

Flávio Roque - Diretor de Fiscalização das Finanças Municipais

Fabício Borges de Sousa - Gerente de Contadoria

Ana Lúcia Ribeiro

Benedito Balduino da Silva

Carolina Queiroz da Silva

Informações

Telefone: (43) 3372-4294

Correio eletrônico: contabilidade@londrina.pr.gov.br

Disponível em: www.londrina.pr.gov.br

Última alteração: 22/03/2021

Sumário

Lista de Siglas e Abreviaturas	5
Lista de tabelas	8
Apresentação das Demonstrações Contábeis de 2021	10
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10
I - BALANÇO PATRIMONIAL	10
II - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	13
III - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	15
IV - BALANÇO FINANCEIRO	16
V - FLUXO DE CAIXA	18
VI - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	19
1 - Base de Elaboração das Demonstrações e das Práticas Contábeis	19
2 – Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais	20
3 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	23
4 – Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis	26
5 – Balanço Patrimonial – Contas do Ativo	26
5.1 Caixa e Equivalente a Caixa	26
5.2 - Créditos a Receber	27
5.3 - Demais Créditos e Valores	29
5.4 - Estoques	30
5.5 - Investimentos	31
5.6 – Imobilizado	32
5.7 - Intangível	36
6 – Balanço Patrimonial – Contas do Passivo	36
6.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	36
6.2 - Empréstimos e Financiamentos	37
6.3 - Fornecedores e Contas a Pagar	39
6.4 - Obrigações Fiscais	39
6.5 - Provisões	39
6.6 – Demais Obrigações	40
6.7 - Patrimônio Líquido	41
7 – Balanço Patrimonial - Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	42
7.1 – Balanço Patrimonial - Atos Potenciais Ativos	43
7.2 - Balanço Patrimonial - Atos Potenciais Passivos	44
7.3 – Balanço Patrimonial - Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial	44
8 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - VPA	45

8.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	45
8.2 – VPA - Transferências e Delegações Recebidas	45
8.3 – VPA – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.....	45
9 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - VPD	46
9.1 – VPD – Pessoal e Encargos	46
9.2 – VPD - Transferências e Delegações Concedidas	46
10 – Variações Patrimoniais Aumentativas X Variações Patrimoniais Diminutivas	46
11– Balanço Orçamentário.....	49
11.1 Execução Orçamentária da Receita.....	49
11.2 - Balanço Orçamentário - Execução Orçamentária da Despesa	49
11.3 - Balanço Orçamentário - Resultado Orçamentário	50
11.4 - Balanço Orçamentário - Execução dos Restos a Pagar	50
12 – Balanço Financeiro	51
12.1 - Resultado Financeiro	51
13 – Fluxo de Caixa	52
13.1 Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	52
GLOSSÁRIO	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57

Lista de Siglas e Abreviaturas

A.A.	Ao ano
AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AFAI	Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa
AFPR	Agência de Fomento do Paraná
AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BF	Balanço Financeiro
BHLS	<i>Bus with High Level of Service</i>
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BRT	<i>Bus Rapid Transit</i>
BSM	Brasil sem Miséria
CAAPSMML	Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina
CEDCA	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEF	Caixa Econômica Federal
CENTRO-POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CF	Constituição Federal
CF/88	Constituição Federal de 1988
CGM	Controladoria-Geral do Município
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CIDREBAC	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Regional da Bacia do Cafezal
CISMEL	Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Cidadania de Londrina e Região
CMTU	Companhia Municipal de Trânsito e Urbanismo
CMV	Custo das Mercadorias Vendidas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CÓD.	Código
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COHAB-LD	Companhia de Habitação de Londrina
Contr.	Contrato
COSIP	Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CSP	Custo dos Serviços Prestados
CSV	Custo dos Serviços Vendidos
DCASP	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DIRF	Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte
DRM	Desvinculação das Receitas do Município
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente

EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
E-SOCIAL	Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas
FEAS	Fundo Estadual de Assistência Social
FIA/PR	Fundo Estadual para Infância e Adolescência – Paraná
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
FMDCA	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
FMDU	Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano
FMHL	Fundo Municipal de Habitação de Londrina
FMMA	Fundo Municipal do Meio Ambiente
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNHIS	Fundo Nacional de Interesse Social
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica
FUNREBOM	Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros
FUPA	Fundo de Proteção aos Animais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IFAC	<i>International Federation of Accountants</i>
IGF	Índice de Gestão Descentralizada
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA-E	Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial
IPI	Imposto sobre Produtos Importados
IPSAS	<i>International Public Sector Accounting Standards</i>
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS	Imposto sobre Serviço
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MCIDADES	Ministério das Cidades
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
ME	Ministério do Esporte
MEC	Ministério da Educação
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MP	Ministério Público
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Convergentes com as Normas Internacionais)
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NE	Nota Explicativa
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Plano de Ações Articuladas

PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCASPM-PR	Plano de Contas Aplicado aos Municípios do Paraná
PCP	Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PEC	Praça dos Esportes e da Cultura
PETE	Programa Estadual de Transporte Escolar
PIPCP	Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PIS	Programa de Integração Social
PL	Patrimônio Líquido
PMAT	Programa de Modernização da Administração Tributária
PNATE	Programa Nacional de Transporte Escolar
PPAS	Piso Paranaense de Assistência Social
Procon-Ld	Programa de Proteção e Defesa do Consumidor - Londrina
Proinfância	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROMAP	Programa de Apoio à Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RECREDE	Programa de Recuperação de Crédito
RFB	Receita Federal Brasileira
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEAB	Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento
SEDS	Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social
SEDU	Secretaria Estadual do Desenvolvimento Urbano
SEIL	Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística
SERCOMTEL	Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina
SFM	Sistema de Financiamento aos Municípios
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
SMAA	Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMF	Secretaria Municipal de Fazenda
SMG	Secretaria Municipal de Governo
SMOP	Secretaria Municipal de Obras Públicas
SMPM	Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres
SMPOT	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia
SMRH	Secretaria Municipal de Recursos Humanos
SMTER	Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda
SPPE	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCE-PR	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas

Lista de tabelas

Tabela 1 - Caixa e Equivalente a Caixa

Tabela 2 – Composição da Conciliação Bancária

Tabela 3 – Créditos Tributários a Receber a Curto Prazo

Tabela 4 – Detalhamento dos Ajustes de Perdas de Crédito a curto prazo

Tabela 5 – Demais Créditos e Valores de Curto e Longo Prazo

Tabela 6 – Estoque em Almoxarifado

Tabela 7 - Investimentos

Tabela 8 – Imobilizado

Tabela 9 – Bens Móveis

Tabela 10 – Bens Imóveis

Tabela 11 - Bens de Uso Especial

Tabela 12 - Bens Dominicais

Tabela 13 - Bens de Uso Comum do Povo

Tabela 14 – Outros Bens Imóveis Quanto a Utilização

Tabela 15 – Detalhamento das Obras em Andamento no Final do Exercício

Tabela 16 – Bens Intangíveis

Tabela 17 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Curto e Longo Prazo

Tabela 18 – Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo

Tabela 19 – Quadro da Dívida Fundada de Empréstimos e Financiamentos

Tabela 20 – Fornecedores e Contas a Pagar de Curto e Longo Prazo

Tabela 21 – Obrigações Fiscais de Curto e Longo Prazo

Tabela 22 – Provisões de Longo e Curto Prazos

Tabela 23 – Demais Obrigações de Curto e Longo Prazo

Tabela 24 – Patrimônio Líquido

Tabela 25 – Apresentação do Saldo Patrimonial

Tabela 26 – Detalhamento de Detalhamento do Saldo do Ativo Financeiro

Tabela 27 – Detalhamento de Detalhamento do Saldo do Passivo Financeiro

Tabela 28 – Atos Potenciais Ativos

Tabela 29 – Atos Potenciais Passivos

Tabela 30 – Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro Apurado no Exercício

Tabela 31 – Apuração do Resultado Patrimonial do Exercício

Tabela 32 – VPA – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Tabela 33 – VPA – Transferências e Delegações Recebidas

Tabela 34 – VPA – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Tabela 35 – Pessoal e Encargos

Tabela 36 – Repasse Concedido

Tabela 37 – Desvalorização de Perdas de Ativo e Incorporação de Passivo

Tabela 38 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas

Tabela 39 – Impacto nos resultados das atividades operacionais próprias ou administrativas do Município

Tabela 40 – Impacto nos resultados da movimentação financeira

Tabela 41 - Impacto das contas de Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas

Tabela 42 - Impacto no Resultado da Movimentação de Ativos e Passivos

Tabela 43 - Impacto no Resultado das Outras Variações Patrimoniais

Tabela 44 – Receita Realizada

Tabela 45 – Despesa Empenhada

Tabela 46 – Comparação entre a Receita e Despesa Orçamentária Executadas

Tabela 47 – Histórico da Composição dos Estoques de Restos a Pagar

Tabela 48 – Resultado Financeiro

Tabela 49 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa – Formação



MUNICÍPIO DE LONDRINA
CNPJ Nº 75.771.477/0001-70
Apresentação das Demonstrações Contábeis de 2021

As Demonstrações Contábeis da Administração Direta da Prefeitura do Município de Londrina são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Observam, também, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As estruturas e a composição das DCASP estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e as publicações da Secretaria do Tesouro Nacional, através do Balanço Geral da União.

Dessa forma, as DCASP são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Notas Explicativas.

O presente documento não se trata de uma consolidação das contas municipais, desta forma não serão apresentadas as informações sobre limites constitucionais e Metas Fiscais, as quais podem ser acessadas pelo Portal de Transparência do Município.

Os dados foram extraídos do Sistema Informatizado de Contabilidade da Administração Pública (Sistema de Contabilidade Pública Equiplano), na data-base de 31/12/2021.

O Resultado Orçamentário da Prefeitura do Município de Londrina, apurado em 2021, foi superavitário em R\$ 469,6 milhões.

As receitas orçamentárias arrecadadas em 2021 totalizaram R\$ 1,682 bilhão, com expansão nominal de 5,16% quando comparadas com o exercício de 2020, que totalizou R\$ 1,595 bilhão de arrecadação.

As despesas orçamentárias empenhadas, liquidadas e pagas totalizaram, respectivamente, R\$ 1,213 bilhão, 1,043 bilhão e 1,042 bilhão, que comparadas ao exercício de 2020 representam uma elevação nominal de 16,9% nas despesas empenhadas, um aumento de 10,2% nas despesas liquidadas e um aumento de 10,6% nas despesas pagas.

Entretanto, do montante de R\$ 109,4 milhões inscrito em Restos a Pagar no exercício de 2021 e saldo de exercícios anteriores, foram pagos R\$ 63,8 milhões e cancelados R\$ 24,0 milhões.

O resultado patrimonial apurado para o exercício de 2021 foi superavitário em R\$ 517,8 milhões, apresentando uma redução nominal de 36,21% em relação ao exercício de 2020 que corresponde ao superavitário no valor de R\$ 811,6 milhões. A redução no superávit foi ocasionada pelo aumento das Variações Patrimoniais Diminutivas em R\$ 97,8 milhões, combinada com a redução das Variações Patrimoniais Aumentativas em R\$ 196,1 milhões.

A seguir, serão apresentadas as demonstrações contábeis da Administração, relativas ao exercício de 2021, e detalhados os seus principais itens e informações relevantes em Notas Explicativas.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
I - BALANÇO PATRIMONIAL
Exercício de 2021 – Anexo 14

AT I V O

CONTAS CONTÁBEIS	NE	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		883.091.691,09	484.348.882,99
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		387.771.621,09	317.409.694,81
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional		387.771.621,09	317.409.694,81
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		342.099.629,02	37.105.894,96
Créditos Tributários a Receber		113.449.720,90	94.049.972,45
Créditos e Transferências a Receber		14.208.064,99	10.290.620,37
Dívida Ativa Tributária		1.068.897.084,71	1.086.543.225,49
Dívida Ativa Não Tributária		451.049.366,96	427.395.623,27
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo		(1.305.504.608,54)	(1.581.173.546,62)
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		146.099.055,16	123.719.316,14
Adiantamentos Concedidos		0,00	240,00
Tributos a Recuperar / Compensar		3.558.413,88	3.558.413,88
Credito a Receber Por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos		0,00	1.383.220,39
Créditos por Danos ao Patrimônio		17.109.463,20	17.109.463,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		6.331.802,97	8.545.106,24
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo		119.099.375,11	93.122.872,43
ESTOQUES		7.121.385,82	6.113.977,08
Almoxarifado		7.121.385,82	6.113.977,08
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		2.656.745.521,06	2.562.224.721,30
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.706.832,30	592.092,66
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		592.092,66	592.092,66
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente		1.114.739,64	0,00
INVESTIMENTOS		134.184.679,11	129.830.001,67
Participações Permanentes		134.184.679,11	129.830.001,67
IMOBILIZADO		2.503.818.149,36	2.414.816.868,68
Bens Móveis		131.476.517,57	125.524.878,76
Bens Imóveis		2.373.939.796,80	2.290.890.154,93
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumulada		(1.598.165,01)	(1.598.165,01)
INTANGÍVEL		17.035.860,29	16.985.758,29
Softwares		843.464,27	793.362,27
Direito de Uso de Imóveis		16.192.396,02	16.192.396,02
TOTAL DO ATIVO	5	3.539.837.212,15	3.046.573.604,29

PASSIVO			
CONTAS CONTÁBEIS	NE	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE		54.861.904,02	83.763.968,28
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		10.829.161,29	26.950.177,42
Pessoal a Pagar		1.253.629,18	2.228.233,84
Benefícios Assistenciais a Pagar		66.387,80	0,00
Encargos Sociais a Pagar		9.509.144,31	24.721.943,58
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		19.036.579,38	32.421.491,71
Empréstimos a Curto Prazo - Interno		9.122.214,17	21.173.576,92
Financiamentos a Curto Prazo - Interno		9.838.419,18	10.388.209,49
Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamento a Curto Prazo - Interno		75.946,03	859.705,30
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		1.107.961,74	3.474.542,55
Fornecedores e Contas a Pagar Nacional a Curto Prazo		1.107.961,74	3.474.542,55
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		321.392,07	565.227,44
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União		320.651,24	564.669,93
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados		740,83	557,51
PROVISÕES A CURTO PRAZO		510.305,80	510.305,80
Outras Provisões a Curto Prazo		510.305,80	510.305,80
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		23.056.503,74	19.842.223,36
Valores Restituíveis		11.137.978,83	10.676.075,03

Outras Obrigações a Curto Prazo		11.918.524,91	9.166.148,33
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		639.864.277,02	604.370.319,92
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTÊNCIA A PAGAR A LONGO PRAZO		264.331.566,22	263.983.788,93
Pessoal a Pagar		34.285.914,03	46.348.066,20
Encargos Sociais a Pagar		230.045.652,19	217.635.722,73
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		128.955.992,83	99.050.986,25
Empréstimos a Longo Prazo - Interno		100.842.710,31	64.306.366,71
Financiamentos a Longo Prazo - Interno		24.549.468,13	32.712.677,61
Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos a Longo Prazo - Interno		3.563.814,39	2.031.941,93
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		17.947.187,22	18.088.077,68
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União		17.947.187,22	18.088.077,68
PROVISÕES A LONGO PRAZO		148.393.916,54	43.084.208,11
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo		16.753.790,85	19.728.118,65
Outras Provisões a Longo Prazo		131.640.125,69	23.356.089,46
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		80.235.614,21	180.163.258,95
Outras Obrigações a Longo Prazo		80.235.614,21	180.163.258,95
TOTAL DO PASSIVO	6	694.726.181,04	688.134.288,20
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CONTAS CONTÁBEIS	NE	2021	2020
RESULTADOS ACUMULADOS		2.845.111.031,11	2.358.439.316,09
Resultado do Exercício		517.782.121,57	811.649.689,61
Resultados de Exercícios Anteriores		2.359.289.103,14	2.238.665.610,68
Ajustes de Exercícios Anteriores		-31.960.193,60	-691.875.984,20
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.7	2.845.111.031,11	2.358.439.316,09
TOTAL (PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO)		3.539.837.212,15	3.046.573.604,29

Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes - Anexo 14

ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
A T I V O (I)			
Ativo Financeiro		395.687.796,44	327.535.290,86
Ativo Permanente		3.144.149.415,71	2.719.038.313,43
TOTAL DO ATIVO	7.1	3.539.837.212,15	3.046.573.604,29
P A S S I V O (II)			
Passivo Financeiro		203.763.580,98	120.043.395,36
Passivo Permanente		681.902.081,51	672.207.899,75
TOTAL DO PASSIVO	7.2	885.665.662,49	792.251.295,11
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	7	2.654.171.549,66	2.254.322.309,18

Demonstrativo das Contas de Controles – Compensação – Anexo 14

Saldo dos Atos Potenciais Ativos			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
Garantias e Contra garantias Recebidas a Executar		3.198.976,60	4.222.875,37
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber		22.588.090,72	26.920.615,90
Direitos Contratuais a Executar		187.560.464,86	191.151.828,96
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		0,00	0,00
TOTAL	7.1	213.347.532,18	222.295.320,23

Saldo dos Atos Potenciais Passivo			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020

Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		76.871.931,93	86.097.607,61
Obrigações Conveniados e outros Instrumentos			
Congêneres a Liberar		4.935.748,01	4.935.748,01
Obrigações Contratuais a Executar		720.876.860,70	493.959.408,78
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		0,00	0,00
T O T A L	7.2	802.684.540,64	584.992.764,40

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

FONTE DE RECURSO	NE	2021	2020
Alienação de Bens		1.282.910,39	2.406.299,31
Apoio Financeiro a Municípios		153.525,43	487.019,09
Cessão Onerosa – Pré-Sal		117.628,94	149.891,24
Emenda Parlamentar		4.517.362,79	1.551.384,30
Operação de Crédito		-55.621.858,59	-22.016.767,12
Ordinária		201.137.218,30	182.512.572,58
Outras Origens		19.885.711,48	8.873.998,46
Transferência de Programas		7.240.421,72	12.153.369,98
Transferência Voluntária		13.160.966,77	21.374.127,66
Valores Restituíveis		50.328,23	-
TOTAL GERAL	7.3	191.924.215,46	207.491.895,50

II - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2021 - Anexo 15

CONTAS CONTÁBEIS	NE	2021	2020
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	8	2.290.135.393,62	2.486.235.762,31
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	8.1	986.805.203,82	829.525.079,04
Impostos		929.352.151,93	779.894.068,32
Taxas		56.849.857,29	49.070.770,63
Contribuições de Melhorias		603.194,60	560.240,09
CONTRIBUIÇÕES		47.941.993,53	40.756.564,56
Contribuições Sociais		0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		47.941.993,53	40.756.564,56
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		1.912.936,94	53.578.321,75
Venda de Mercadorias		0,00	0,00
Venda de Produtos		0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		1.912.936,94	53.578.321,75
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		55.382.289,60	31.137.444,61
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		39.214.457,54	25.059.014,89
Variações Monetárias e Cambiais		1.796.265,36	0,00
Descontos Financeiros Obtidos		0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		14.169.223,07	5.854.965,71
Juros e Encargos de Empréstimos Obtidos		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativa - Financeiras		202.343,63	223.464,01
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	8.2	661.153.463,29	651.199.283,40
Transferências Intragovernamentais		8.918.034,99	21.984.688,37
Transferências Inter Governamentais		650.930.910,72	628.368.655,82
Transferências das Instituições Privadas		1.135.996,61	374.575,01
Transferências das Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências do Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada		0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas		168.520,97	471.364,20
Outras Transferências e Delegações Recebidas		0,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		392.730,02	2.620.765,20
Reavaliação de Ativos		0,00	0,00
Ganhos com Alienação		163.658,91	2.620.765,20

Ganhos com Incorporação de Ativos		180.000,00	0,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos		49.071,11	0,00
Reversão de Redução a Valor Recuperável		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		536.546.776,42	877.418.303,75
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		704.002,90	347.173,98
Resultado Positivo de Participações		121.709,28	8.616.486,40
Subvenções Econômica		0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajuste de Perdas		392.991.548,37	804.464.908,88
Diversa Variações Patrimoniais Aumentativas		142.729.515,87	63.989.734,49

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	9	1.772.353.272,05	1.674.586.072,70
PESSOAL E ENCARGOS	9.1	621.928.832,91	609.627.810,99
Remuneração a Pessoal		431.367.894,73	421.297.976,40
Encargos Patronais		162.120.437,27	158.568.977,87
Benefício a Pessoal		26.666.764,38	27.263.542,78
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		1.773.736,53	2.497.313,94
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		25.247.106,05	16.785.701,55
Aposentadorias e Reformas		93.750,93	93.196,10
Pensões		0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuadas		0,00	0,00
Benefícios Eventuais		23.715.172,57	14.412.271,40
Políticas Públicas de Transferência de Renda		0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.438.182,55	2.280.234,05
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		154.482.301,42	139.683.658,43
Uso de Materiais de Consumo		38.406.475,02	45.483.722,33
Serviços		116.075.826,40	92.646.989,24
Depreciação, Amortização e Exaustão		0,00	1.552.946,86
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		48.568.747,75	26.335.117,76
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		46.121.080,94	25.579.276,89
Juros e Encargos de Mora		270.537,98	8.761,98
Variações Cambiais		2.177.128,83	747.078,89
Descontos Financeiros Concedidos		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	9.2	590.090.658,67	508.206.198,59
Transferências Intragovernamentais		518.116.398,45	443.560.149,00
Transferências Inter Governamentais		0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas		71.852.894,75	64.545.903,45
Transferências a Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências ao Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada		121.365,47	100.146,14
Outras Transferências e Delegações Concedidas		0,00	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	9.3	133.056.549,32	215.243.099,01
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		131.806.432,11	214.696.962,73
Perdas com Alienação		0,00	0,00
Perdas Involuntárias		8.982,05	47.375,72
Incorporação de Passivos		0,00	0,00
Desincorporação de Ativos		1.241.135,16	498.760,56
TRIBUTÁRIAS		14.453.604,58	13.827.188,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias		73.184,19	60.498,84
Contribuições		14.380.420,39	13.766.689,16
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		0,00	0,00
Custos das Mercadorias Vendidas - CMV		0,00	0,00
Custo dos Produtos Vendidos - CPV		0,00	0,00
Custos dos Serviços Prestado - CSP		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		184.525.471,35	144.877.298,37
Premiações		0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações		0,00	0,00
Incentivos		124.190,00	112.229,92

Subvenções Econômicas		0,00	0,00
Participações e Contribuições		0,00	0,00
VPD de Constituição de Provisões		0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		184.401.281,35	144.765.068,45
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	<u>10</u>	517.782.121,57	811.649.689,61

III - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Receitas Orçamentárias do Exercício – Anexo 12

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
			(a)	(b)	c=(b-a)
Receitas Correntes (I)	<u>11</u>	1.487.980.000,00	1.646.701.349,65	1.638.600.703,18	-8.100.646,47
Receitas de Impostos, Taxas e Contr. Melhoria		825.216.000,00	913.006.748,05	912.114.276,03	-892.472,02
Receitas de Contribuições		42.519.000,00	42.519.000,00	47.945.762,00	5.426.762,00
Receita Patrimonial		28.405.000,00	33.458.122,78	22.097.247,33	-11.360.875,45
Receita de Serviços		2.666.000,00	2.793.967,36	1.912.971,52	-880.995,84
Transferências Correntes		577.757.000,00	639.525.312,29	638.656.964,53	-868.347,76
Outras Receitas Correntes		11.417.000,00	15.398.199,17	15.873.481,77	475.282,60
Receitas de Capital (II)		151.618.000,00	171.969.859,60	43.719.549,78	128.250.309,82
Operações de Crédito		148.225.000,00	153.172.925,18	37.489.018,50	115.683.906,68
Alienação de Bens		300.000,00	300.000,00	171.843,90	-128.156,10
Transferências de Capital		3.092.000,00	18.495.934,42	6.058.687,38	-12.437.247,04
Outras Receitas de Capital		1.000,00	1.000,00	0,00	-1.000,00
Receitas Correntes Intraorçamentária (III)		111.000,00	111.000,00	66.178,80	-44.821,20
Outras Receitas Correntes Intraorçamentárias		111.000,00	111.000,00	66.178,80	-44.821,20
Sub Total com Refinanciamento (IV) = (I+II+III)		1.639.709.000,00	1.818.782.209,25	1.682.386.431,76	136.395.777,49
Déficit (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
T o t a l (VI) = (IV+V)	<u>11.1</u>	1.639.709.000,00	1.818.782.209,25	1.682.386.431,76	136.395.777,49
Saldo de Exercícios Anteriores		0,00	156.873.696,52	156.873.696,52	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores		0,00			0,00
Superávit Financeiro		0,00	156.873.696,52	156.873.696,52	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas Orçamentárias do Exercício – Anexo 12

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesas Pagas	Saldo
		(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(c) = (e-f)
Despesas Correntes (I)		938.824.000,00	1.064.604.015,49	1.014.100.803,38	949.691.287,20	948.274.715,49	50.503.212,11
Pessoal e Encargos Sociais		628.087.000,00	638.517.943,87	623.446.848,09	623.446.848,09	623.390.264,66	15.071.095,78
Juros e Encargos da Dívida		16.976.000,00	23.837.598,01	22.505.544,85	21.792.184,59	21.792.184,59	1.332.053,16
Outras Despesas Correntes		293.761.000,00	402.248.473,61	368.148.410,44	304.452.254,52	303.092.266,24	34.100.063,17
Despesas de Capital (II)		207.041.000,00	314.676.104,99	198.659.809,27	93.579.118,15	93.441.391,07	116.016.295,72
Investimentos		168.246.000,00	266.443.757,46	150.854.842,94	46.115.548,27	45.983.207,93	115.588.914,52
Inversões Financeiras		10.241.000,00	14.741.000,00	14.490.000,00	14.490.000,00	14.484.613,26	251.000,00
Amortização da Dívida Refinanciada		28.554.000,00	33.491.347,53	33.314.966,33	32.973.569,88	32.973.569,88	176.381,20
Reserva de Contingências (III)		3.000.000,00	205.651,00	0,00	0,00	0,00	205.651,00
Reserva de Contingências		3.000.000,00	205.651,00	0,00	0,00	0,00	205.651,00
Subtotal da Despesas (IV) = (I+II+III)	<u>11.2</u>	1.148.865.000,00	1.379.485.771,48	1.212.760.612,65	1.043.270.405,35	1.041.716.106,56	166.725.158,83
Amortização da Dívida / Refinanciada (V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal c/Refinanciamento (VI) = (IV+V)		1.148.865.000,00	1.379.485.771,48	1.212.760.612,65	1.043.270.405,35	1.041.716.106,56	166.725.158,83
Reserva do RPPS (VII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit (VIII)		490.844.000,00	439.296.437,77	469.625.819,11	639.116.026,41	640.670.325,20	-30.329.381,34
TOTAL (IX) = (VI+VII+VIII)	11.3	1.639.709.000,00	1.818.782.209,25	1.682.386.431,76	1.682.386.431,76	1.682.386.431,76	136.395.777,49

I - Execução de Restos a Pagar Não Processado do Exercício – Anexo 12

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	NE	INSCRITOS		LIQUIDADO	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
		(a)	(b)	(c.)	(d)	(e)	(f)=(a+b-c-e)
Despesas Correntes		3.145.665,84	52.694.210,16	29.158.371,86	29.154.736,60	20.247.501,87	6.434.002,27
Pessoal e Encargos Sociais		2.247,64	162.066,28	4.926,98	4.926,98	0,00	159.386,94
Juros e Encargos da Dívida		45,00	1.077,99	0,00	0,00	1.077,57	45,42
Outras Despesas Correntes		3.143.373,20	52.531.065,89	29.153.444,88	29.149.809,62	20.246.424,30	6.274.569,91
Despesas de Capital		10.929.860,08	37.347.270,83	29.586.286,73	29.564.588,54	3.675.572,30	15.015.271,88
Investimentos		10.929.860,08	37.346.179,51	29.586.286,73	29.564.588,54	3.674.480,98	15.015.271,88
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		0,00	1.091,32	0,00	0,00	1.091,32	0,00
T o t a l	11.4	14.075.525,92	90.041.480,99	58.744.658,59	58.719.325,14	23.923.074,17	21.449.274,15

II – Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processado e Não Processado do Exercício – Anexo 12

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	NE	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
		(a)	(b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-e)
Despesas Correntes		122.742,23	4.405.165,12	4.392.578,51	30.456,06	104.872,78
Pessoal e Encargos Sociais		43.662,18	320.984,54	317.241,18	3.564,09	43.841,45
Juros e Encargos da Dívida		0,00	618.325,73	618.325,72	0,01	0,00
Outras Despesas Correntes		79.080,05	3.465.854,85	3.457.011,61	26.891,96	61.031,33
Despesas de Capital		1.615,68	720.790,39	712.576,39	8.214,00	1.615,68
Investimentos		1.615,68	103.356,49	95.142,49	8.214,00	1.615,68
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		0,00	617.433,90	617.433,90	0,00	0,00
T o t a l	11.4	124.357,91	5.125.955,51	5.105.154,90	38.670,06	106.488,46

IV - BALANÇO FINANCEIRO Ingressos do Exercício – Anexo 13

I N G R E S S O S			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (i)		1.682.386.431,76	1.595.514.375,79
Ordinária		1.346.482.310,62	1.208.173.916,78
Vinculada		335.904.121,14	387.340.459,01
Transferências do FUNDEB		225.466.615,73	181.867.398,65
Transferências Voluntárias		7.325.183,42	21.491.644,30
Alienação de Bens		241.378,40	2.752.130,04
Operação de Crédito		37.694.683,92	41.979.235,73
Transferências de Programas		11.023.134,11	26.288.893,74

Valores Restituíveis		50.328,23	0,00
Outras Origens		51.572.042,24	47.215.137,66
Transferências Voluntárias - Emend. Ind.		2.515.459,30	1.673.516,27
Apoio Financeiro Municípios		11.713,90	64.044.770,38
Cessão Onerosa - Pre-Sal		3.581,89	27.732,24
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)		8.851.791,09	21.718.238,60
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)		1.239.560.572,67	1.021.254.617,09
Inscrição de Restos a Pagar Processado		1.554.298,79	5.125.955,51
Inscrição de Restos a Pagar Não Processado		169.490.207,30	90.041.480,99
Valores Restituíveis		1.068.516.066,58	926.087.180,59
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERC. ANTERIOR (IV)		327.535.290,86	204.769.041,99
Caixa e Equivalente de Caixa		317.409.694,81	191.998.399,24
Caixa Realizável		10.125.596,05	12.770.642,75
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	12	3.258.334.086,38	2.843.256.273,47

Dispêndio do Exercício – Anexo 13

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)		1.212.760.612,65	1.036.984.240,14
Ordinária		824.621.007,19	647.768.484,13
Vinculada		388.139.605,46	389.215.756,01
Transferências do FUNDEB		220.099.560,62	177.693.762,66
Transferências Voluntárias		16.764.352,56	10.157.925,23
Alienação de Bens		1.364.767,32	630.703,97
Operação de Crédito		80.515.704,29	42.406.965,24
Transferências de Programas		18.480.551,99	24.602.582,67
Valores Restituíveis		0,00	0,00
Outras Origens		49.580.905,96	64.648.322,46
Transferências Voluntárias - Emenda. Ind.		841.229,34	1.521.684,83
Apoio Financeiro Municípios		345.207,56	63.557.751,29
Cessão Onerosa - Pre-Sal		147.325,82	3.996.057,66
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)		518.007.034,47	443.476.119,00
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIO VIII)		1.131.878.642,82	1.035.260.623,47
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		5.105.154,90	1.717.995,79
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		58.719.325,14	97.929.526,53
Valores Restituíveis		1.068.054.162,78	935.613.101,15

SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)		395.687.796,44	327.535.290,86
Caixa e Equivalentes de Caixa		387.771.621,09	317.409.694,81
Realizável		7.916.175,35	10.125.596,05
TOTAL (x) = (VI+VII+VIII+IX)	12.1	3.258.334.086,38	2.843.256.273,47

V - FLUXO DE CAIXA
Ingressos e Dispendio do Exercício 2021

DESCRIÇÃO	NE	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
FLUXO DE CAIXA LÍQU. DAS ATIVID. DAS OPERAÇÕES	13	2021	2020
INGRESSOS		2.722.093.427,03	2.498.750.051,67
RECEITAS DERIVADAS		960.060.038,03	840.237.797,21
Receita Tributária		912.114.276,03	799.478.866,00
Receita de Contribuições		47.945.762,00	40.758.931,21
Outras Receitas Derivadas		0,00	0,00
RECEITAS ORIGINÁRIAS		39.949.879,42	83.642.635,19
Receita Patrimonial		22.097.247,33	59.820.989,74
Receita Agropecuária		0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		1.912.971,52	1.528.348,19
Outras Receitas Originárias		15.939.660,57	22.293.297,26
Remuneração das Disponibilidades		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS		1.722.083.509,58	1.574.869.619,27
Intergovernamentais		418.734.313,43	444.536.682,40
da União		124.322.197,87	180.938.475,78
de Estados e Distrito Federal		294.412.115,56	263.598.206,62
de Municípios		0,00	0,00
Intragovernamentais		225.981.338,48	182.527.517,68
Transferências Financeiras Recebidas		8.851.791,09	21.718.238,60
Recebimentos Extraorçamentários		1.068.516.066,58	926.087.180,59
DESEMBOLSOS		2.643.526.166,81	2.378.924.029,99
PESSOAL E OUTRAS DESP. CORRENT. POR FUNÇÃO		623.712.432,82	598.218.543,65
Segurança Pública		19.086.578,35	18.590.999,00
Agricultura		6.608.003,76	6.308.627,82
Previdência Social		72.804.019,49	65.040.149,94
Gestão Ambiental		7.897.899,73	7.898.147,13
Direitos da Cidadania		9.462.447,63	8.024.072,20
Urbanismo		27.844.155,82	27.244.527,88
Educação		331.501.844,80	317.034.562,88
Assistência Social		29.602.745,19	26.531.876,14
Administração		68.583.839,45	68.735.202,23
Trabalho		783.066,76	761.198,69
Cultura		5.525.919,54	5.655.345,74
Judiciária		14.322.538,66	14.779.282,44
Encargos Especiais		29.689.373,64	31.614.551,56
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		22.410.510,31	14.450.531,87
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		7.326.184,29	4.094.573,73
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida		15.084.326,02	10.355.958,14
TRANSFERÊNCIAS		1.997.403.223,68	1.766.254.954,47
Intergovernamentais		1.382.776,52	190.238,80
da União		0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal		1.382.776,52	190.238,80
de Municípios		0,00	0,00

Intragovernamentais		409.959.249,91	386.975.495,52
Transferências Financeiras Concedidas		518.007.034,47	443.476.119,00
Pagamentos Extraorçamentários		1.068.054.162,78	935.613.101,15
Outros Desembolsos		0,00	0,00
Perdas de Investimentos e Aplicações		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQU. DAS ATIVID. DAS OPERAÇÕES		78.567.260,22	119.826.021,68

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2020	2020
INGRESSOS		171.843,90	2.620.765,20
Alienação de Bens		171.843,90	2.620.765,20
Amortização de Empréstimos e Financiamento Concedidos		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		14.484.613,26	10.205.600,28
Aquisição de Ativo Não Circulante		14.484.613,26	10.205.600,28
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVID. DE INVESTIMENTO		(14.312.769,36)	(7.584.835,08)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVID. DE FINANCIAMENTO		2020	2020
INGRESSOS		37.489.018,50	41.948.978,11
Operações de Créditos		37.489.018,50	41.948.978,11
DESEMBOLSOS		33.591.003,78	31.423.915,84
Amortização/Refinanciamento da Dívida		33.591.003,78	31.423.915,84
FLUXO DE CAIXA LÍQU. DAS ATIVID. DE FINANCIAMENTO		3.898.014,72	10.525.062,27

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		2020	2020
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	13.1	68.152.505,58	122.766.248,87
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		327.535.290,86	204.769.041,99
Caixa e Equivalente de Caixa Final		395.687.796,44	327.535.290,86

VI - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1 - Base de Elaboração das Demonstrações e das Práticas Contábeis

a) Informações Gerais

A Prefeitura do Município de Londrina é o órgão do Poder Executivo Municipal, inscrito no CNPJ sob nº 75.771.477/0001-70, e está localizado na Av. Duque de Caxias, 635 do Jardim Mazzei II – CEP. 86015.901.

b) Base de Elaboração

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Município são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, das Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e da Lei Complementar nº 101/2000. Cita-se ainda o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP 9ª Edição, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de maneira subsidiária pelas Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao setor público (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS), editadas pelo Conselho de Contabilidade, pela International Federation Of Accountants (IFAC), e Tribunal de Contas do Estado do Paraná, respectivamente.

O objetivo principal das DCASP é fornecer aos usuários e para comunidade informações sobre a gestão do Patrimônio Público do Município e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira, da execução orçamentária, dos fluxos de caixa e financeiros e a outros dados que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do governo municipal.

As DCASP apresentam as particularidades abaixo elencadas, fruto das características dos procedimentos adotados pelo Município;

- I. O uso do conceito de conta única, derivado do princípio da unidade de caixa (Lei 4.320/1964), exige que todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em conta única. Desta forma, no Balanço Financeiro os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalente de Caixa;
- II. Na Demonstração de Fluxo de Caixa são incluídos os fluxos de caixa extraorçamentários, considerando que, em observância ao princípio de unidade de caixa, estes recursos transitam na conta única;

- III. Ainda em relação à conta única, a sua utilização em função de arrecadação de receitas e dos demais usos legalmente autorizados, por entidade não integrante do OFSS, podem implicar em saldo residual nas transferências recebidas e concedidas que seja evidenciada tanto no Balanço Financeiro, quanto na Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- IV. Apresentação dos saldos utilizados para abertura de créditos adicionais no Balanço Orçamentário cuja fonte de recursos é derivada de Superávit Financeiro, ou seja, recursos que foram arrecadados em exercícios anteriores e apurados mediante a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro no Balanço Patrimonial. Tais recursos não são considerados receitas orçamentárias, pois foram arrecadadas em exercícios anteriores.

2 – Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo SICONFI (a partir de)
a) Reconhecimento, mensuração e evidênciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato Implantado	Imediato	(Dados de 2015) 2016
b) Reconhecimento, mensuração e evidênciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato Implantado	Imediato	2017 (Dados de 2016)
c) Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações com fornecedores por competência.	31/12/2015 Implantado	01/01/2016 Implantado	(Dados de 2016) 2017
d) Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	31/12/2017 Implantado	01/01/2018 Implantado	2019 (Dados de 2018)
e) Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias etc.).	31/12/2017 Em implantação	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)
f) Reconhecimento, mensuração e evidênciação das provisões por competência.	31/12/2019 Parcialmente Implantado	01/01/2020	(Dados de 2020) 2021
g) Evidênciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	31/12/2019 Não implantado	01/01/2020	(Dados de 2020) 2021
h) Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	31/12/2019 Não implantado	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
i) Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2019 Implantado	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
j) Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	31/12/2019 Parcialmente Implantado	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
k) Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2020 Parcialmente Implantado	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
l) Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	31/12/2020 Não se aplica	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
m) Reconhecimento, mensuração e evidênciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2020 Não implantado	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
n) Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos estoques.	31/12/2021 (não implantado)	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)
o) Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2022	01/01/2023	2024 (Dados de 2023)

p) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	31/12/2022	01/01/2023	2024 (Dados de 2023)
q) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.		
r) Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.		
s) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos	A ser definido em ato normativo específico.		

A implantação dos procedimentos descritos nos itens de 'a, b, c, d foi finalizada até o exercício de 2019.

O item 'e' referente ao **“Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.)”** cujo prazo da 'Obrigatoriedade dos registros contábeis' ocorreu em 31/12/2018, continua em processo de implantação e do ponto de vista de extração de dados, não houve avanço significativo quando comparado ao exercício de 2018, a seguir um breve histórico desse processo:

Os órgãos da administração, desde o início do plano de implantação dos procedimentos contábeis, tomaram ciência através dos documentos emitidos pelo serviço de contabilidade das adequações necessárias aos procedimentos vigentes, no entanto, o software em uso que controla os dados de pessoal no Município foi concebido em 1997 e atendia as necessidades vigentes à época e não se incluía entre elas os cálculos de obrigações por competência. Cogitou-se que os cálculos fossem efetuados de forma manual, porém, por ter aproximadamente 14.000 contracheques, o procedimento se mostrou impraticável. Também foram destinados estudos e projetos de analistas de sistema para aprimorar o software vigente, mas a solução também envolve mudanças de rotinas e procedimentos mais amplos, tal como elucidado no mesmo plano de implantação.

Concomitante às exigências contábeis temos o governo federal, por meio do E-SOCIAL, que conhecidamente exigirá novas informações a respeito das informações de pessoal. E por isso, a ferramenta em uso definitivamente necessitará ser substituída.

A opinião técnica da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) assim acrescenta:

“nossa posição no sentido de que uma tentativa de melhorar tal sistema é nítida perda de tempo, considerando-se mais oportuno e conveniente à Administração Municipal, no contexto atual, a aquisição de uma solução integrada de gestão de pessoas (recursos humanos) (...).”

Assim, em 2019 iniciou-se o processo de implantação do novo Software de RH. Em reunião ocorrida em 17/09/2019 no Gabinete da Secretaria Municipal de Recursos Humanos – SMRH, com a equipe técnica envolvida no processo, verificou-se a necessidade de aproveitar a implantação deste novo Software de RH para aprimorar as informações previstas no Item 'e'. Nessa reunião foram ressaltadas as dificuldades encontradas em registrar as informações pretéritas de férias dos professores, abrindo discussões quanto às formas mais adequadas de levantar as informações para realizar as adequações legais e atender a Portaria 548/2015 STN.

Em 2020, foi locado um sistema de Recursos Humanos, para suprir dentre outras demandas, as de controle das obrigações trabalhistas por competência. A empresa iniciou a implantação e após sucessivas prorrogações e a não implantação prevista contratualmente, foi aberto processo para apuração de eventual responsabilidade (SEI! 19.008.067215/2020-11) e por fim, o sistema ainda não foi implantado.

Em 2021, a SMRH informou que juntamente com a SMPOT-DTI em parceria CTD - Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. está trabalhando na contratação do Sistema de Recursos Humanos.

Item 'f' – “Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.”

O item 'f' do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis e Patrimoniais vem sendo atendido para as provisões os Riscos Fiscais Federais e Estaduais, com base nas autuações fiscais emitidas pela Receita Federal Brasileira e Secretaria de Estado da Fazenda. Já as Provisões para Riscos Trabalhistas e Riscos Cíveis há a dependência da implantação do software jurídico, com o qual a identificação destas obrigações se tornará possível, conforme manifestação do setor jurídico do município pelo SEI! 19.003.003947/2022-94.

Item 'g' – “Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.”

Os passivos contingentes foram registrados com base no Demonstrativo de Riscos Fiscais da LDO, sendo dividido em Passivos Contingentes e Demais Riscos Fiscais Passivos.

Os Passivos Contingentes totalizam R\$ 16.961.926,09, que correspondem às Demandas Judiciais, Dívidas em processo de Reconhecimento, Avais e Garantias Concedidas e o risco de aporte financeiro ao RPPS – Plano de Previdência Social – CAAPSM.

Os Demais Riscos Fiscais Passivos previstos correspondem basicamente à Frustração da Arrecadação em R\$ 103.360.000,00.

Outro fator que visa melhorar a identificação dos ativos e passivos contingentes depende da implantação de um software jurídico contratado pelo município com o qual, acredita-se viabilizar o desenvolvimento de estratégias que possibilite as melhorias de tais controles.

Item ‘h’ – “Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)”

Para atender o Item ‘h’ do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos **bens móveis**, o Município iniciou em 2019 o processo de contratação, através do Pregão nº 0205/2019, cujo objeto contratual foi a prestação de serviços de levantamento, avaliação patrimonial e atualização dos bens móveis que compõem o acervo patrimonial do Município de Londrina, não tendo sido concluídas todas as etapas previstas contratualmente, por tanto, não houve atendimento ao PIPCP.

Ainda quanto ao Item ‘h’ do PIPCP, o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos **bens imóveis**, não houve avanço no cumprimento do PIPCP, tendo sido reforçada a necessidade de cumprimento deste item ao departamento de gestão dos bens imóveis.

Item ‘i’ – “Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.”

Compreendem as obrigações financeiras do Município a título de empréstimos e financiamento e estão representadas pelas operações de crédito internas – em contratos.

Os juros são apropriados mensalmente de acordo com as respectivas taxas e atualizações.

Item “j” – “Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.”

As participações permanentes, classificadas como participações permanentes e demais investimentos, representam os investimentos realizados em empresas e consórcios públicos pelo Município.

Tais itens são mensurados e avaliados de acordo com o nível de influência que possuem, quando apresentam influência significativa, é utilizado o método da equivalência patrimonial e, nos casos em que a influência não seja relevante, emprega-se o método do custo de aquisição.

Os demais investimentos representam cotas integralizadas, mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis.

Item “k” - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.

As divergências apontadas no item “k” das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de 2020 foram apuradas, identificadas e corrigidas durante o exercício de 2021. As correções realizadas ocorreram em dezembro/2021 no Módulo TCE do Sistema Tributário Municipal e registradas no Sistema de Contabilidade Municipal nas contas de Créditos Tributários e Não Tributários, Dívida Ativa Tributária e Não Tributária. Foram realizadas as apurações e revisões na integração dos dados para o sistema de contabilidade, que resultou na implementação de ferramentas para melhoria dos processos de conferências visando evitar futuras divergências na integração dos dados para o Sistema de Contabilidade. Todas as correções foram devidamente processadas e registradas no SEI 19.003.153136/2020-71 da Prefeitura do Município de Londrina.

Item “l” - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.

Não se aplica à entidade.

Item “m” - Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.

Os bens intangíveis estão sendo registrados conforme a incorporação decorrente da execução orçamentária, estando carente de reconhecimento, mensuração, evidenciação, amortização e baixas. Não há a determinação da vida útil e consequentemente não possuem registros de amortização.

Item “n” - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques

Não foram realizados os procedimentos de reconhecimento; mensuração; e evidenciação dos estoques, os registros contábeis são realizados pela comparação do saldo existente no sistema informatizado de almoxarifado com o sistema informatizado de contabilidade.

3 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Município, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

a) Moeda Funcional

A moeda funcional é o Real. Entretanto, quanto aos saldos em moeda estrangeira, o Município não possui nenhum direito ou obrigação em outras moedas.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem a conta única e demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Depósitos Restituíveis

Em atendimento ao princípio da unidade de caixa ou unidade de tesouraria, conforme determina o art. 56 da Lei no 4.320, de 1964, a seguir transcrito:

Art. 56. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.

Observa-se que o princípio de unidade de caixa estabelece que todos os ingressos e dispêndios do Município sejam controlados em único grupo que representará o Caixa da Entidade. No modelo PCASP, isto ocorre mediante o uso do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, no Ativo Circulante.

Neste sentido, os depósitos restituíveis que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias, visto que em momento posterior os valores serão devolvidos aos respectivos depositantes, estão contabilizados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

d) Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis, inclusive a constituição de ajuste para perdas.

e) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do Município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

f) Estoques

Compreendem ao almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas, ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

g) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; empréstimos e financiamentos concedidos; investimentos temporários e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas específicas nas respectivas operações.

Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

h) Ajustes para Perdas dos Créditos Tributários

O ajuste para perdas de créditos tributários é calculado a partir do saldo devedor e do histórico de recebimentos.

i) Ajuste para Perdas da Dívida Ativa

O ajuste para perdas de dívida ativa é calculado a partir do saldo devedor e do histórico de recebimentos.

j) Investimentos

As participações permanentes, classificadas como participações permanentes e demais investimentos, representam os investimentos realizados em empresas e consórcios públicos pelo Município.

Tais itens são mensurados e avaliados de acordo com o nível de influência que possuem, quando apresentam influência significativa, é utilizado o método da equivalência patrimonial e em casos que a influência não seja relevante, emprega-se o método do custo de aquisição.

Os demais investimentos representam cotas integralizadas, mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis.

k) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e a reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

l) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição.

m) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão.

Os procedimentos para registro da reavaliação, da redução a valor recuperável, da depreciação, da amortização e da exaustão na Administração Pública Direta têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, as NBCASP, e o MCASP.

n) Passivo circulante e não circulante

As obrigações do Município obedecendo ao regime de competência são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

o) Empréstimos e Financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras do Município a título de empréstimos e financiamento e estão representadas pelas operações de crédito internas – em contratos. Os juros são apropriados mensalmente de acordo com as respectivas taxas e atualizações.

p) Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; provisões matemáticas e outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

O registro contábil das provisões referentes às ações judiciais nas quais o Município figura no polo passivo depende da implantação de um software jurídico contratado pelo município com o qual, acredita-se viabilizar o desenvolvimento de estratégias que possibilite as melhorias de tais controles.

q) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas DCASP, sendo registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas, quando relevantes. No Município os mecanismos de controle ainda não estão totalmente aprimorados de forma que permita a completa contabilização dos ativos e passivos contingentes.

r) Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

s.1) Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial é obtida mediante o confronto entre as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o Município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para a Entidade, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

s.2) Resultado Orçamentário

O regime orçamentário do Município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

s.3) Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorrerem durante o exercício e alteraram as disponibilidades do Município.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do Município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalente a caixa.

t) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

O adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) representa os recursos já entregues pelos sócios proprietários para o aumento do capital social de empresas, porém ainda pendente de integralização.

No modelo PCASP não há uma norma específica que descreva o tratamento para a figura do AFAC. De modo subsidiário, no modelo das IPSAS, a norma de número 28 (Financial Instruments: Presentation – Instrumentos Financeiros: Apresentação), descreve que o AFAC, somente será registrado como um instrumento patrimonial se:

1. O instrumento não possuir obrigação contratual de entregar caixa ou ativo financeiro a outra entidade ou trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente desfavoráveis ao emissor;
2. O instrumento será ou poderá ser liquidado por instrumentos patrimoniais do próprio emitente e é um não derivativo que não inclui obrigação contratual de entrega de um número variável de seus próprios instrumentos patrimoniais ou é um derivativo que será liquidado somente pelo emitente por meio de troca de um montante fixo de caixa ou outro ativo financeiro, por número fixo de seus próprios instrumentos patrimoniais.
3. Caso o AFAC não se adeque às condições anteriormente descritas deverá ser registrado e evidenciado como sendo um instrumento financeiro (passivo).

Desta maneira, nas empresas onde o Município é sócio o AFAC é registrado no patrimônio líquido a título de “adiantamento para futuro aumento de capital” e na mesma linha de raciocínio, no Município o ativo é registrado no grupo Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, no Ativo Não Circulante.

u) Diretrizes gerais de remuneração das Empresas Estatais Municipais

Trata-se de normas e diretrizes gerais observadas quando da distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas das sociedades de economia mista e demais empresas controladas pelo Município.

Os acionistas têm direito a receber como dividendos obrigatórios, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto social da empresa ou, quando este é omissivo, metade do lucro líquido ajustado, em

conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404, de 16 de dezembro de 1976.

4 – Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis

A Conformidade Contábil das demonstrações contábeis visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados, além de permitir a sinalização de situações que possam causar distorções nos valores evidenciados.

Houve a permanência de restrições contábeis ao final do exercício, das quais as justificativas baseiam-se nas respostas dos gestores dos órgãos onde a informação contábil é originada, com finalidade de esclarecer os motivos da permanência das restrições apontadas.

Foram detectadas as seguintes restrições contábeis:

- **Imobilizado** – os valores constantes nesse subgrupo contábil não atendem aos procedimentos contábeis patrimoniais, não tendo ocorrido o inventário, levantamento dos valores e, portanto, sem a aplicação da depreciação, amortização e exaustão dos bens móveis e imóveis.
 - os **bens móveis**, o Município iniciou em 2019 o processo de contratação, através do Pregão nº 0205/2019, cujo objeto contratual foi a prestação de serviços de levantamento, avaliação patrimonial e atualização dos bens móveis que compõem o acervo patrimonial do Município de Londrina, não tendo sido concluídas todas as etapas previstas contratualmente.
 - os **bens imóveis**, não houve avanço no cumprimento do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, tendo sido reforçada a necessidade de cumprimento deste item ao departamento de gestão dos bens imóveis.
 - Os **bens intangíveis** estão sendo registrados conforme a incorporação decorrente da execução orçamentária, estando carente de reconhecimento, mensuração, evidenciação, amortização e baixas. Não há a determinação da vida útil e consequentemente não possuem registros de amortização.
- **Estoques** - os valores constantes nesse subgrupo contábil são resultantes de lançamentos de conciliação entre os sistemas contábil e de almoxarifado por não existir integração automatizada. Outro ponto que restringe a confiabilidade e fidelidade das informações é a ausência de inventário periódico.
- **Obrigações trabalhistas por competência** – não há integração entre os sistemas de recursos humanos e o sistema de contabilidade, os registros de 13º salário e Licença-Prêmio ocorreram por ajuste ao saldo remanescente apurado ao final de cada mês, não há no sistema de recursos humanos atual relatório que contemple o saldo das obrigações trabalhistas com férias dos servidores, portanto, o saldo dessa obrigação não consta nas DCASP. A implantação de novo sistema terceirizado de RH, iniciada em 2020, não obteve sucesso.
- **Os atos potenciais possuem as seguintes restrições:**
 - Os atos potenciais passivos, classificados na conta “**Execução de Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar**” possuem registros defasados, não tendo sido definido o órgão responsável pela alimentação dos registros no sistema.

I – BALANÇO PATRIMONIAL – Anexo 14

5 – Balanço Patrimonial – Contas do Ativo

5.1 Caixa e Equivalente a Caixa

O subgrupo “Caixa e Equivalente de Caixa” contempla os valores em caixa e em bancos para os quais não haja restrição de uso imediato, estando 100% segmentado em “Moeda Nacional”.

Tabela 1 - Caixa e Equivalente a Caixa

CONTAS CONTÁBEIS	2021	AV%	2020	AV%	AH%
CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA	387.771.621,09	100,0	317.409.694,81	100,0	22,2
C a i x a	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Banco Conta Movimento	3.643.559,84	0,9	10.625.859,52	3,3	-65,7
Aplicações Financeiras:	384.128.061,25	99,1	306.783.835,29	96,7	25,2

Poupanças	3.658.771,84	0,9	7.800.943,06	2,5	-53,1
Fundo de Aplicações Financeiras	380.469.289,41	98,1	298.982.892,23	94,2	27,3

A seguir é demonstrada a composição da conciliação bancária:

Tabela 2 – Composição da Conciliação Bancária

COMPOSIÇÃO DA CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	2021	AV%	2020	AV%	AH%
Saldo dos extratos financeiros no final do exercício	384.151.496,41	102,20	307.702.960,51	99,7	24,8
(+) Entrada contabilizada e não consideradas nos extratos	29.327.518,55	7,80	33.329.169,61	10,8	-12,0
(-) Saídas contabilizadas e não consideradas nos extratos	-37.611.707,36	-10,01	-32.277.911,51	-10,5	16,5
Saldo dos extratos financeiros ajustados pela conciliação bancária	375.867.307,60	100,00	308.754.218,61	100,0	21,7
Saldo contábil "CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA"	387.771.621,09	103,17	317.409.694,81	102,8	22,2
(+) Entradas não consideradas pela contabilidade	244.859,42	0,07	2.001.159,67	0,6	-87,8
(-) Saídas não consideradas pela contabilidade	-12.149.172,91	-3,23	-10.656.635,87	-3,5	14,0
Saldo contábil "CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA" ajustado p/conciliação bancária	375.867.307,60	100,00	308.754.218,61	100,0	21,7

Desta forma, o saldo contábil ajustado pela conciliação bancária para o Grupo de Contas Caixa e Equivalentes de Caixa é de **R\$ 375.867.307,60**.

5.2 - Créditos a Receber

Os créditos a receber estão divididos em dois grupos: (I) a curto prazo e (II) a longo prazo. Na tabela a seguir é apresentada a composição em 31/12/2021 e 31/12/2020.

Tabela 3 – Créditos Tributários a Receber a Curto Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	2021	AV%	2020	AV%	AH%
CRÉDITOS A CURTO PRAZO (I)	1.647.604.237,56	100,0	1.618.279.441,58	100,0	1,8
CRÉDITOS TRIBUTÁRIO A RECEBER	113.449.720,90	6,9	94.049.972,45	5,8	20,6
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	41.983.548,61	2,5	40.338.974,74	2,5	4,1
Imposto Transmissão Bens Imóveis - ITBI	5.490.972,43	0,3	3.302.179,72	0,2	66,3
Impostos Sobre Serviços - ISS	65.230.019,55	4,0	49.359.893,75	3,1	32,2
T a x a s	745.180,31	0,0	1.046.540,67	0,1	-28,8
Contribuição de Melhoria	0,00	0,0	1.941,01	0,0	-100,0
Contribuição p/Custeio do Serv. Iluminação Pública	0,00	0,0	442,56	0,0	-100,0
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	14.208.064,99	0,9	10.290.620,37	0,6	38,1
Crédito de Transferência a Receber - Inter OFSS - União	4.288.921,38	0,3	3.437.582,06	0,2	24,8
Cota-Parte Fundo de Particip. dos Municípios.- Restos a Receber	5.201.634,09	0,3	4.141.710,48	0,3	25,6
Cota-Parte do IPI Sobre Exportação - Restos a Receber	157.063,49	0,0	165.618,21	0,0	-5,2
(-) Dedução para Formação do Fundeb - Restos a Receber	-1.069.776,20	-0,1	-869.746,63	-0,1	23,0
Crédito de Transferência a Receber - Inter OFSS - Estado	9.919.143,61	0,6	6.853.038,31	0,4	44,7
Cota-Parte do ICMS - Restos a Receber - Restos a Receber	887.961,73	0,1	690.749,27	0,0	28,6
Cota-Parte do IPVA - Restos a Receber	6.870.133,46	0,4	4.294.559,03	0,3	60,0
Transferências de Recursos do Fundeb - Restos a Receber	3.712.666,78	0,2	2.864.791,67	0,2	29,6
(-) Dedução para Formação do Fundeb - Restos a Receber	-1.551.618,36	-0,1	-997.061,66	-0,1	55,6
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	1.068.897.084,71	64,9	1.086.543.225,49	67,1	-1,6
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	476.104.604,31	28,9	499.437.482,04	30,9	-4,7
Imposto Transmissão Bens Imóveis - ITBI	3.114.791,28	0,2	3.874.107,10	0,2	-19,6
Impostos Sobre Serviços - ISS	502.521.985,92	30,5	491.214.709,02	30,4	2,3
Contribuição de Melhoria	4.668.273,70	0,3	6.901.673,16	0,4	-32,4
T a x a s	78.324.697,04	4,8	81.471.211,62	5,0	-3,9
Outros Créditos da Dívida Ativa Tributária	4.087.125,55	0,2	3.600.312,81	0,2	13,5
Outros Créditos da Dívida Ativa Tributária-COSIP	75.606,91	0,0	43.729,74	0,0	72,9

DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	451.049.366,96	27,4	427.395.623,27	26,4	5,5
Impugnações e Imposições	126.769.499,55	7,7	108.004.790,96	6,7	17,4
Outras Dívidas Ativas de Demais Cred. Não Tribut.a C. Prazo	324.279.867,41	19,7	319.390.832,31	19,7	1,5
(-) PREVISÃO DE PERDAS DE CRÉDITOS (II)	-1.305.504.608,54	-79,2	-1.581.173.546,62	-97,7	-17,4
(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo (II)	-1.305.504.608,54	-79,2	-1.581.173.546,62	-97,7	-17,4
TOTAL LÍQUIDO DOS CRÉDITOS (I) - (II)	342.099.629,02	20,8	37.105.894,96	2,3	822,0

5.2.1 - Créditos Tributários a Receber a Curto Prazo – R\$ 113.449.720,90

Os créditos tributários a receber referem-se a Tributos lançados contra contribuintes e pendentes de quitação.

5.2.2 - Créditos de Transferências a Receber – R\$ 14.208.064,99

Os Créditos de Transferências a Receber compreendem o registro patrimonial, considerando o regime de competência, dos valores que o Município tem a receber da União e do Governo do Estado do Paraná.

5.2.2.1 - Dívida Ativa Tributária – R\$ 1.068.897.084,71

A Dívida Ativa Tributária abrange os créditos a favor do Município, cuja certeza e liquidez foram apuradas, inscritos por não terem sido quitados e não atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de exigibilidade. A Lei nº 4.320/1964, em seu art. 39, § 2º, define como Dívida Ativa Tributária o crédito da Fazenda Pública proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas.

Os créditos provenientes das demais origens são considerados Dívida Ativa Não Tributária.

A Secretaria Municipal de Fazenda responde por praticamente 100% do saldo existente na Dívida Ativa Tributária. A gestão Dívida Ativa está a cargo da Procuradoria-Geral do Município de forma integrada.

A composição demonstrada a acima da Dívida Ativa Tributária é composta de impostos, taxas, contribuições e outros créditos da Dívida Ativa Tributária.

5.2.2.2 - Dívida Ativa Não Tributária – R\$ 451.049.366,96

Os créditos provenientes das demais origens, demonstrado nesta tabela são considerados Dívida Ativa Não Tributária, que corresponde Contribuições de Iluminação Pública, Impugnações e Imposições e outros Créditos a Receber.

5.2.2.3 (-) Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo – R\$ 1.305.504.608,54

Tabela 4 – Detalhamento dos Ajustes de Perdas de Crédito a curto prazo

CONTAS CONTÁBEIS	2021	AV%	2020	AV%	AH%
AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-1.305.504.608,54	100,0	-1.581.173.546,62	100,0	-17,4
1. Ajuste de Perdas de Créditos de Liquidações Duvidosas	-56.606.741,99	4,3	-64.130.928,55	4,1	-11,7
2. Ajustes de Perdas de Créditos Tributários	-12.142.900,68	0,9	-9.564.546,87	0,6	27,0
3. Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária	-1.061.630.538,65	81,3	-1.080.099.543,75	68,3	-1,7
4. Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Não Tributária	-175.124.427,22	13,4	-427.378.527,45	27,0	-59,0

O cálculo do ajuste para perdas dos créditos foi realizado pela Diretoria de Arrecadação da Secretaria Municipal de Fazenda e foi obtido com base no Histórico de Recebimentos Passados, conforme as informações dispostas no resumo da tabela a seguir.

AJUSTE DE PERDAS PARA 2021

1) Para realizar o “Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária” foi adotado a “Metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados”, cuja apuração se deu pela Média Histórica de Três Exercícios Financeiros (2018, 2019 e 2020), identificados pela Média Mensal dos Recebimentos dos respectivos exercícios (total recebido no exercício dividido por doze) e dividido pela Média Anual dos Saldos Mensais da Dívida Ativa (soma dos saldos mensais da dívida ativa dividido por doze), concluindo-se pela adoção dos seguintes índices:

1.1.2.9.1.03.01.00.00.00.00.00	- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	99,394%
1.1.2.9.1.03.01.01.00.00.00.00	AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - IPTU	98,828%

1.1.2.9.1.03.01.02.00.00.00.00	- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ITBI	99,304%
1.1.2.9.1.03.01.03.00.00.00.00	- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ISS	99,848%
1.1.2.9.1.03.01.04.00.00.00.00	- AJUSTE DE PERDAS DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - TAXAS	98,914%
1.1.2.9.1.03.01.05.00.00.00.00	- AJUSTE PERDAS D.A.TRIB.-CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	99,459%

2) Para realizar o “**Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Não Tributária**” foi adotado o critério da Média do Exercício Anterior, cuja apuração se deu pela divisão percentual do Saldo do Respetivo Crédito Tributário pela Soma do Saldo Inicial e do respectivo Débito, concluindo-se pela adoção do seguinte índice:

(-) AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA 38,826%

3) Para realizar o “**Ajuste de Perdas de Créditos Tributários**” foi adotado o critério da Média do Exercício Anterior, cuja apuração se deu pela divisão percentual do Saldo do Respetivo Crédito Tributário pela Soma do Saldo Inicial e do respectivo Débito, concluindo-se pela adoção dos seguintes índices:

1.1.2.9.1.02.01.00.00.00.00.00	- (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	8,705%
1.1.2.9.1.02.01.01.00.00.00.00	- (-) IPTU	8,800%
1.1.2.9.1.02.01.02.00.00.00.00	- (-) ITBI	4,146%
1.1.2.9.1.02.01.03.00.00.00.00	- (-) ISS	12,589%
1.1.2.9.1.02.01.04.00.00.00.00	- (-) TAXAS	0,697%
1.1.2.9.1.02.01.04.01.00.00.00	- (-) TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	0,294%
1.1.2.9.1.02.01.04.02.00.00.00	- (-) TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1,636%
1.1.2.9.1.02.01.05.00.00.00.00	- (-) CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	24,926%

4) Para realizar o “**Ajuste de Perdas de Créditos Não Tributários**” foi adotado o critério da Média do Exercício Anterior, cuja apuração se deu pela divisão do Saldo do Crédito Tributário pelo respectivo Débito, concluindo-se pela adoção do seguinte índice:

(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS NÃO TRIBUTÁRIOS 47,529%

5.3 - Demais Créditos e Valores

Os Demais Créditos e Valores estão segregados em dois grupos (I) a curto prazo; e (II) longo prazo, na tabela - a seguir é apresentada a composição.

Tabela 5 – Demais Créditos e Valores de Curto e Longo Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2021			EXERCÍCIO DE 2020		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO E LONGO PRAZO	146.099.055,16	1.706.832,30	147.805.887,46	123.719.316,14	592.092,66	124.311.408,80
Adiantamentos Concedidos	0,00	0,00	0,00	240,00	0,00	240,00
Tributos a Recuperar / Compensar - Inter OFSS - União	3.558.413,88	0,00	3.558.413,88	3.558.413,88	0,00	3.558.413,88
Crédito a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	0,00	0,00	0,00	1.383.220,39	0,00	1.383.220,39
Créditos por Danos ao Patrimônio	17.109.463,20	0,00	17.109.463,20	17.109.463,20	0,00	17.109.463,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.331.802,97	0,00	6.331.802,97	8.545.106,24	0,00	8.545.106,24
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto e Longo Prazo	119.099.375,11	1.706.832,30	120.806.207,41	93.122.872,43	592.092,66	93.714.965,09

O subgrupo “Demais Créditos e Valores a Curto e Longo Prazo” apresentou uma redução de 7 % em comparação ao final do exercício anterior.

A seguir são apresentados os detalhamentos das contas no curto e Longo prazo.

5.3.1 – Tributos a Recuperar/ Compensar – R\$ 3.558.413,88

Contribuição ao INSS (RGPS) a compensar no valor de R\$ 3.558.413,88, que corresponde ao direito reconhecido referente à contribuição previdenciária (cota patronal) incidente sobre os subsídios de cargos eletivos municipais (Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores), presente nos autos nº **2005.70.01.007123-4**. Encontra-se em análise a forma de compensação a ser realizada após o deferimento do pedido de habilitação do crédito perante a Secretaria da Receita Federal.

5.3.2 – Créditos por Danos ao Patrimônio – R\$ 17.109.463,20

Valores apurados em Tomada de Contas Especial decorrentes de reprovação na prestação de contas de convênios e subvenções.

5.3.3 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados – R\$ 6.331.802,97

5.3.3.1 – Depósitos Judiciais de R\$ 77.599,36 que correspondem a pagamentos de saques em contas bancárias determinados pelo Tribunal de Justiça do Paraná em garantia de pagamento de processos em andamento;

5.3.3.2 – Depósitos Restituíveis Vinculados em Conta Especial de Precatório – Controlados pelo Tribunal de Justiça apresenta um saldo de no valor de R\$ 6.254.203,61, cujos valores são efetuados mensalmente para pagamentos de precatório e posterior baixa das obrigações.

5.3.3.3 – Outros Créditos a Receber a Curto Prazo – R\$ 119.099.375,11

Dentre os Outros Créditos a Receber do Município, o maior volume concentra-se na conta de Créditos a Receber Decorrentes de Honorários Advocatícios, finalizando o exercício de 2021 com o saldo de R\$ 71,2 milhões e na conta de Créditos a Receber Decorrentes de Autos de Infração, que finalizou o exercício de 2021 com saldo de R\$ 31,3 milhões.

5.4 - Estoques

Os estoques classificados em almoxarifado se destinam ao consumo próprio nas atividades desenvolvidas pelo Município e estão distribuídos conforme tabela apresentada a seguir:

Tabela 6 – Estoque em Almoxarifado

CONTAS CONTÁBEIS	2021	AV%	2020	AV%	AH%
ALMOXARIFADO - Estoque	7.121.385,82	100,0	6.113.977,08	100,0	16,5
Material de Consumo	1.693.261,49	23,8	3.191.209,76	52,2	-46,9
Gêneros Alimentícios - Outros Gêneros Alimentícios	29.489,13	0,4	21.337,92	0,3	38,2
Materiais de Construção	4.335.817,04	60,9	1.965.580,48	32,1	120,6
Diesel - Combustível	136.723,55	1,9	0,00	0,0	100,0
Combustíveis e Lubrificantes em Geral	82.910,99	1,2	77.127,47	1,3	7,5
Autopeças	348.094,61	4,9	265.447,74	4,3	31,1
Materiais de Expediente	495.089,01	7,0	593.273,71	9,7	-16,5

5.5 - Investimentos

Os investimentos do Município são reunidos em participações permanentes, propriedade para investimentos, demais investimentos permanentes e consórcios públicos ajustados dentro da participação proporcional de equivalência patrimonial e/ou, pela atualização do mercado, distribuídos nas seguintes participações:

Tabela 7 - Investimentos

CONTAS CONTÁBEIS	2021	AV%	2020	AV%	AH%
INVESTIMENTOS	134.184.679,11	100,0	129.830.001,67	100,0	3,4
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	134.144.062,23	100,0	129.788.378,65	100,0	3,4
Participações em Empresas	108.595.902,87	80,9	106.477.278,77	82,0	2,0
Sercomtel Telecomunicações S/A.	0,00	0,0	505.539,26	0,4	-100,0
Companhia de Habitação de Londrina - Cohab-Ld	102.123.849,60	76,1	97.503.224,19	75,1	4,7
Condomínio Terminal Rodoviário de Londrina - TRL	97.353,27	0,1	88.166,33	0,1	10,4
Sercomtel Iluminação S/A.	6.374.700,00	4,8	6.262.177,66	4,8	100,0
Sercomtel Contatc Center S/S	0,00	0,0	2.118.171,33	1,6	100,0
Participações em Consórcios Públicos	1.269.769,12	0,9	976.012,01	0,8	30,1
Consórcio Interm. Seg. Públ. e Cidade e Região-Cismel	1.058.269,12	0,8	824.512,01	0,6	28,4
Consórcio Interm.p/ Des.Reg.Bacia Cafezal-Cidrebac	211.500,00	0,2	151.500,00	0,1	39,6
Adiantamento para Aumento de Capital	24.278.390,24	18,1	22.335.087,87	17,2	8,7
Adiantamento para Aumento de Capital de Empresas	24.278.390,24	18,1	22.335.087,87	17,2	8,7
PRTEIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE CUSTOS	40.616,88	0,0	41.623,02	0,0	-2,4
Participações em Empresas	40.616,88	0,0	41.623,02	0,0	-2,4
Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA	14.879,60	0,0	14.879,60	0,0	0,0
Petróleo Brasileiro S/A. - Petrobras	6.236,56	0,0	5.288,00	0,0	17,9
Central de Abastecimento do Paraná S/A - Ceasa-Pr	19.500,72	0,0	21.455,42	0,0	-9,1

As participações societárias do Município englobam aquelas realizadas em empresas estatais. As participações em empresas sobre as quais o Município tem influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, já as demais são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição.

O Município participa como consorciado, de entidades de consórcios públicos que prestam serviços a diversos municípios de abrangência regional, das quais as despesas são de rateio com municípios integrante de cada consórcio, em serviço de segurança pública e de conservação de estradas rurais.

A participação nas empresas estatais independentes, Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU e Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S/A. apresentou valores zerados na conta de investimento, tendo em vista que o patrimônio líquido das empresas é deficitário e consequentemente passou a serem representados no passivo proporcional à participação do Município conforme tabela da [Nota 6.6.2.](#)

No exercício de 2020 o Município procedeu a venda de sua participação acionária na empresa Sercomtel Telecomunicações S/A. na qual era detentora de 55% das Ações Ordinárias e 41% das Ações Preferenciais, autorizada pela Lei 12.871/2019 de 12 de junho de 2019 a proceder a alteração do controle acionário da Sercomtel Telecomunicações S/A. e a desestatização condicionada a transferência para o Município das empresas subsidiárias Sercomtel Iluminação e Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

Em 16 de setembro de 2020 foi firmado o Contrato de Cessão do Direito de Preferência para subscrição e integralização de ações ordinárias, repassando o Direito de Preferência para subscrição e integralização das ações ordinárias e outras avenças, para a Empresa Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, a qual foi vencedora em Leilão realizado em 10/08/2020 e 18/08/2020 na B3 S.A Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), do qual foi firmado o Contrato.

O saldo em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 505.539,26, referiu-se aos valores das ações remanescentes a serem ofertadas aos empregados da Sercomtel S.A. Telecomunicações, saldo esse que se diluiu no decorrer do exercício de 2021.

5.6 – Imobilizado

O imobilizado do Município está segregado em dois grupos (I) bens móveis; e (II) bens imóveis. Na tabela a seguir, é apresentada a sua composição.

Tabela 8 – Imobilizado

CONTAS CONTÁBEIS	2021	AV%	2020	AV%	AH%
IMOBILIZADO	2.503.818.149,36	100,0	2.414.816.868,68	100,0	3,7
Bens Móveis	129.878.352,56	5,2	123.926.713,75	5,1	4,8
Bens Móveis	131.476.517,57	5,3	125.524.878,76	5,2	4,7
(-) Depreciação de Bens Móveis	-1.598.165,01	-0,1	-1.598.165,01	-0,1	0,0
Bens Imóveis	2.373.939.796,80	94,8	2.290.890.154,93	94,9	3,6
Bens Imóveis	2.373.939.796,80	94,8	2.290.890.154,93	94,9	3,6
(-) Depreciação de Bens Imóveis	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0

5.6.1 Bens Móveis

Em 31/12/2021, o valor líquido contábil dos bens móveis do Município foi de R\$ 129,8 milhões, conforme detalhamento apresentado abaixo.

Tabela 9 – Bens Móveis

CONTAS CONTÁBEIS	2021	AV%	2020	AV%	AH%
BENS MÓVEIS	129.878.352,36	100,0	123.926.713,55	100,0	4,8
MÓVEIS	131.476.517,57	101,2	125.524.878,76	101,3	4,7
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	40.549.150,54	31,2	39.068.925,14	31,5	3,8
Bens de Informática	22.705.660,92	17,5	21.651.372,92	17,5	4,9
Móveis e Utensílios	17.592.961,90	13,5	16.551.404,78	13,4	6,3
Materiais Culturais, Educação e de Comunicação	4.311.642,92	3,3	3.670.938,79	3,0	17,5
Veículos	43.645.577,88	33,6	42.174.484,86	34,0	3,5
Armamentos	737.608,16	0,6	711.084,00	0,6	3,7
Demais Bens Móveis	1.933.915,25	1,5	1.696.668,27	1,4	14,0
(-) DEPRECIACÃO, EXAUS. E AMORTIZ. ACUMULADA	-1.598.165,21	-1,2	-1.598.165,21	-1,3	0,0
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	-1.598.165,21	-1,2	-1.598.165,21	-1,3	0,0

5.6.2 Bens Imóveis

Os bens imóveis correspondem a 94,9% do subgrupo de contas do Imobilizado e estão segregados de acordo com as tabelas abaixo:

Tabela 10 – Bens Imóveis

CONTAS CONTÁBEIS	2021	AV%	2020	AV%	AH%
BENS IMÓVEIS	2.373.979.796,80	100,0	2.290.890.154,93	100,0	3,6
Bens de Uso Especial	934.758.841,54	39,4	875.643.057,11	38,2	6,8
Bens Dominicais	83.175.497,78	3,5	99.631.673,94	4,3	-16,5
Bens de Uso Comum do Povo	1.309.199.685,55	55,1	1.196.975.970,51	52,2	9,4
Bens Imóveis em Andamento	31.799.979,76	1,3	105.240.591,75	4,6	-69,8
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	8.266.832,16	0,3	6.619.901,61	0,3	24,9
Demais Bens Imóveis	6.778.960,01	0,3	6.778.960,01	0,3	0,0
(-) DEPRECIACÃO, EXAUS. E AMORTIZ. ACUMULADA	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0

5.6.2.1 - Bens de Uso Especial

Dentre os bens imóveis, merecem destaque os Bens de Uso Especial, os quais se destinam especificamente ao desenvolvimento de todas as atividades públicas municipais, conforme detalhamento apresentado nas tabelas abaixo.

Tabela 11 - Bens de Uso Especial

DESCRIÇÃO DA CONTA	2021	AV%	2020	AV%	AH%
BENS DE USO ESPECIAL	934.758.841,54	100,0	875.643.057,11	100,0	6,8
Terrenos e Glebas	676.718.278,52	72,4	671.582.282,37	76,7	0,8
Imóveis de Uso Educacional	133.343.874,54	14,3	96.932.204,91	11,1	37,6
Edifícios	58.082.932,96	6,2	52.618.825,25	6,0	10,4
Imóveis de Uso Recreativos	29.325.129,45	3,1	28.713.407,16	3,3	2,1
Hospitais e Unidades de Saúde	9.488.252,92	1,0	9.488.252,92	1,1	0,0
Aquartelamentos (Bombeiros)	6.319.759,87	0,7	6.319.759,87	0,7	0,0
Aeroportos, Estações e Aeródromos	15.596.979,01	1,7	4.155.014,51	0,5	275,4
Cemitérios	2.645.020,00	0,3	2.645.020,00	0,3	0,0
Museus/Palácios	2.135.234,48	0,2	2.135.234,48	0,2	0,0
Armazéns/Galpões	717.028,83	0,1	717.028,83	0,1	0,0
Imóveis Comerciais	230.093,57	0,0	230.093,57	0,0	0,0
Outros Bens de Uso Especial	139.565,15	0,0	93.135,00	0,0	49,9
Imóveis Residenciais	16.692,24	0,0	12.798,24	0,0	30,4
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUS. E AMORTIZ. ACUMULADA	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0

Os Bens Imóveis de Uso Especial correspondem a 39,4% dos bens imóveis e são aqueles afetados às finalidades das atividades públicas municipais.

5.6.2.2 - Bens Dominicais

Tabela 12 - Bens Dominicais

Os bens dominicais são aqueles que, apesar de constituírem o patrimônio público, não possuem uma destinação pública determinada ou um fim administrativo específico.

DESCRIÇÃO DA CONTA	2021	AV%	2020	AV%	AH%
BENS DOMINICAS	83.175.497,78	100,0	99.631.673,94	100,0	-16,5
Edifícios - Operações Ordinárias	49.325,01	0,1	49.325,01	0,0	0,0
Terrenos - Operações Ordinárias	76.573.962,30	92,1	87.400.707,15	87,7	-12,4
Outros Bens Dominicais	6.552.210,47	7,9	12.181.641,78	12,2	-46,2
Edificações FNHIS - Habitação de Interesse Social	4.047.132,96	4,9	7.300.628,49	7,3	-44,6
Terrenos FNHIS - Habitação de Interesse Social	2.505.077,51	3,0	4.881.013,29	4,9	-48,7
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUS. E AMORTIZ. ACUMULADA	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0

Os Bens Imóveis Dominiais correspondem a 3,5% dos Bens Imóveis e são aqueles que, apesar de constituírem o patrimônio de domínio público, não possuem uma destinação específica, como os bens de uso especial e não estão afetados ao uso comum do povo.

O Município participa do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), de interesse social, do Governo Federal, que visa ações de integração dos assentamentos precários ao tecido urbano, através de programas de regularização fundiária – urbanística e jurídica – e do desenvolvimento de projetos sociais de geração de trabalho, renda e capacitação profissional nestas áreas; a articulação da política habitacional às demais políticas sociais, ambientais e econômicas; a integração da política habitacional à política de desenvolvimento urbano e ao Plano Diretor; e o apoio à implantação dos instrumentos da política urbana previstos no Estatuto da Cidade atendendo ao princípio constitucional da função social da cidade e da propriedade. Foram construídas 293 Unidades Habitacionais, com 30,00m² cada, no Conjunto Habitacional Horizonte II, em terreno que corresponde a 39.715,05 m², no atendimento à população de baixa renda. Para completar o empreendimento falta ainda a incorporação de R\$ 300.718,67, de obras complementares e de reparos nas edificações, conforme demonstra a tabela de Obras em Andamento No exercício em questão foram regularizados e dada a outorga de escritura pública de propriedade de 137 unidades para mutuários, restando ainda 156 unidades

5.6.2.3 - Bens Uso Comum do Povo

Tabela 13 - Bens de Uso Comum do Povo

Bens de uso comum do povo: são bens públicos, destinados ao uso da população. Ex.: ruas, praças, pontes, viadutos, áreas de lazer, etc. As regras para o uso desses bens será determinada na legislação de cada um dos entes proprietários.

DESCRIÇÃO DA CONTA	2021	AV%	2020	AV%	AH%
BENS DE USO COMUM DO POVO	1.309.199.685,55	100,0	1.196.995.970,51	100,0	9,4
Ruas, Logradouros e Estradas	490.052.607,60	37,4	417.388.542,15	34,9	17,4
Praças, Parques e Bosques	712.284.917,58	54,4	706.969.153,69	59,1	0,8
Pontes e Viadutos	33.668.996,28	2,6	13.869.522,47	1,2	142,8
Outros Bens de Uso Comum do Povo - Iluminação Pública / Galerias	73.193.164,09	5,6	58.768.752,20	4,9	24,5
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUS. E AMORTIZ. ACUMULADA	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0

Quanto aos Bens de Uso Comum do Povo correspondem a 55,1% dos Bens Imóveis, sendo quase sua totalidade composta de Ruas, Logradouros e Estradas, Pontes e Viadutos, Praças, Parques e Bosques e Outros Bens de Uso Comum do Povo, como Iluminação Pública, Galerias de Águas Pluviais etc. Destaca-se neste título de contas o investimento que vem sendo feito pelo Município nas obras de iluminação pública, saneamento de fundo de vales e galerias pluviais.

5.6.2.4 – Outros Bens Imóveis Quanto a Característica de Utilização ou Destinação

Referem-se a bens imóveis que se encontram em processo de construção ou seja, obras em andamento, antes da apuração de seus custos. Nesse conjunto de bens também existem benfeitorias executadas em bens de propriedade de terceiros, de imóveis pertencentes ao Governo do Estado do Paraná, assim como da Companhia de Habitação de Londrina – Cohab-Ld, como escolas, centros de convivência, áreas de lazer, edifícios públicos e outros, que foram cedidos ou dado em permissão de uso para o Município para o atendimento de suas atividades junto a comunidade.

Tabela 14 – Outros Bens Imóveis Quanto a Utilização

DESCRIÇÃO DA CONTA	2021	AV%	2020	AV%	AH%
OUTROS BENS IMÓVEIS QUANTO A DESTINAÇÃO E UTILIZAÇÃO	46.825.771,93	100,0	118.639.453,37	100,0	-60,5
Bens Imóveis em Andamento	31.759.979,76	67,83	105.240.591,75	88,7	-69,8
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	8.286.832,16	17,70	6.619.901,61	5,6	25,2
Demais Bens Imóveis - Terrenos de Terceiros em Posse do Ente	6.778.960,01	14,48	6.778.960,01	5,7	0,0

5.6.2.4.1 – Bens Imóveis em Andamento

As Obras em Andamento, e os Estudos e Projetos, cujo saldo no final do período foi de R\$ 31.759.979,76, representa 1,36%, no grupo dos bens imóveis, que correspondente construção de edificações e reformas de escolas, edifícios públicos, readequação viárias, pavimentação e recape asfáltico, viadutos e no saneamento básico na recuperação fundo de vales. Na demonstração comparativa das obras em andamento com o exercício anterior, nota-se uma variação de 73,5% que representa que grande parte dessas obras foram concluídas e incorporadas ao Patrimônio do Município no corrente exercício, e outras, que ainda continuam ou deram início no atual exercício.

Tabela 15 – Demonstrativo das Obras em Andamento no Final do Exercício

DESCRIÇÃO DE OBRAS EM ANDAMENTO		2021	2020
CÓDIGO	OBRAS EM ANDAMENTO	31.660.998,13	104.611.336,77
BI13000152	AVENIDA PREFEITO FARIA LIMA.	0,00	3.735.816,24
BI13000374	AVENIDA DOM GERALDO FERNANDES (LESTE-OESTE - PARTE W)	0,00	7.728.234,45
BI13000409	AV. DEZ DE DEZEMBRO - VIA EXPRESSA NOTE SUL	2.553.127,41	0,00
BI14000063	AVENIDA AMINTAS DE BARROS	0,00	1.564.468,72
BI14000118	RUA SENADOR SOUZA NAVES	0,00	1.051.408,06
BI14000132	AV. MADRE LEÔNIA MELITO	991.434,70	0,00
BI15000119	AVENIDA GUILHERME DE ALMEIDA	0,00	2.001.171,06
BI15000369	AVENIDA WINSTON CHURCHILL	0,00	5.729.172,32
BI16000343	TERRENO PRAÇA 2 C/1.772,90 M² DO LAGO DI TYRENTA	16.020,14	0,00
BI16000354	TERRENO PML COM 26.784,82 M² DO JARDIM LAGOA DOURADA	0,00	409.348,71
BI16000376	ESTRADA RODOVIA MUN. GUSTAVO AVELINO CORREIA (RIO TAQUARA)	0,00	1.848.783,89
BI16000376	ESTRADA RODOVIA MUN. GUSTAVO AVELINO CORREIA (RIO TAQUARA)	2.807.579,32	0,00

BI16001380	TERRENO SPL 2 /18.890,51 M² DO CH MARIA CECÍLIA S. DE OLIVEIRA	0,00	173.400,96
BI16001398	SISTEMA VIÁRIO ARCO LESTE PARA INTEGRAÇÃO DA PR-445 A BR-369	213.016,82	8.947.333,65
BI16001414	AVENIDA AYRTON SENNA DA SILVA E VIADUTO	0,00	678.142,54
BI16001416	ESTRADA DOS PIONEIROS	0,00	791.305,19
BI16001462	AVENIDA FRANCISCO GABRIEL ARRUDA	0,00	5.005.563,76
BI16001778	RUA MONTEVIDEU	2.492,02	0,00
BI17000074	RUA PERU	0,00	867.347,08
BI18000042	RUA ANTONIO DE MORAES BARROS	0,00	463.804,53
BI18000048	TERRENO QUADRA 36 CENTRO COM 11.307,47 M² - BOSQUE MUNICIPAL	406.379,96	0,00
BI18000236	TERRENO QUADRA 36 CENTRO COM 9.026,97 M² - BOSQUE MUNICIPAL	1.101.003,85	0,00
BI18000244	RUA PROF. JOAQUIM DE MATOS BARRETO	0,00	180.700,12
BI18000245	RUA BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO	0,00	160.460,16
BI18000245	RUA BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO	34,84	0,00
BI20000011	AV. ABÉLIO BENATTI (AVENIDA LESTE-OESTE - PARTE W)	0,00	5.883.964,57
BI20000027	RUA 01 C/2.153,95 M² CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA - CILON LT.285/289-A	19.749,45	0,00
BI20000028	RUA 02 C/1.812,03 M² CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA - CILON LT.285/289-A	15.078,89	0,00
BI20000029	RUA 03 C/3.701,50 M² CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA - CILON LT.285/289-A	67.772,06	0,00
BI20000030	AV. 01 C/8.558,92 M² CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA - CILON LT.285/289-A	3.807,95	0,00
BI20000031	AV. 02A/02B C/28.959,36 M² CIDADE INDUSTRIAL DE LDNA-CILON LT.285/289-A	102.338,33	0,00
BI20000043	ALAMEDA YUTAKA MIZUBUTI	0,00	25.614,18
BI20000131	RUA 01 C/23.665,64 M² CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA-CILON LT.285/289-B	216.989,04	0,00
BI20000132	RUA 02 C/19.339,17 M² CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA-CILON LT.285/289-B	149.860,46	0,00
BI20000133	RUA 03 C/4.022,62 M² CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA - CILON LT.285/289-B	20.984,57	0,00
BI20000134	RUA 04 C/3.924,31 M² CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA-CILON LT.285/289-B	39.179,77	0,00
BI20000135	RUA 05 C/5.044,47 M² CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA-CILON LT.285/289-B	63.502,43	0,00
BI20000136	RUA 06 C/16.632,38 M² CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA-CILON LT.285/289-B	113.665,97	0,00
BI20000137	RUA 7 C/28.418,97 M² CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA - CILON LT.285/289-B	112.898,14	0,00
BI20000140	RUA 10 C/650,84 M² CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA - CILON LT.285/289-B	1.949,81	0,00
BI20000141	AV. 01 C/17.858,85 M² CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA-CILON LT.285/289-B	100.206,64	0,00
BI20000158	RUA GINO TAMIOZZO - CJ HAB. SANTA LUZIA	1.874.725,41	0,00
BI20000283	RUA DOM BOSCO	0,00	204.009,86
BI21000005	RUA PIAUÍ - PROLONGAMENTO DO BOSQUE	990.528,16	0,00
BI21000092	RUA JOSÉ GIROLDO (RUA 4)	882,63	0,00
ED11000024	TEATRO MUNICIPAL DE LONDRINA DO COMPLEXO "MARCO ZERO"	9.783.452,94	9.783.452,94
ED11000028	CENTRO ESPORTIVO MARIA CECILIA - CONJ.HAB.MARIA CECILIA	0,00	1.312.860,77
ED11000163	CONJ. HABIT. HORIZONTE "II" DE LDNA - FMHL - EDIF. DE UNID.HAB.	0,00	300.718,67
ED13000018	C.M.E.I. DIRCE DE ALMEIDA BARROS BAPTISTA	0,00	1.982.165,48
ED13000020	C.M.E.I. DO DISTRIO DE LERROVILLE NA REGIÃO RURAL	0,00	2.035.478,13
ED15000008	TERMINAL DE ÔNIBUS URBANO DO CONJ. HAB. VIVI XAVIER	0,00	5.056.664,46
ED15000011	PRÉDIO DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	893.684,74
ED17000002	C.M.E.I. - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO JD.BELLEVILLE	0,00	2.010.550,82
ED17000004	C.M.E.I. - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO JARDIM SANTA	0,00	3.245.461,17
ED17000005	C.M.E.I. - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO JARDIM TARUMÃ	0,00	2.123.897,38
ED17000012	CREAS II - JARDIM DO SOL	0,00	214.846,45
ED17000013	C.R.A.S. OESTE "A" DO JARDIM MARACANÃ	680.824,66	0,00
ED18000014	VIADUTO EDSON DE JESUS DELIBERADOR - AV. DEZ DE DEZEMBRO	0,00	17.337.296,86
ED18000016	TERMINAL URBANO DE TRANSPORTE COLETIVO MILTON GAVETTI	0,00	3.570.072,33
ED19000004	PONTE SOBRE O RIBEIRÃO CAFEZAL	0,00	83.484,00
ED19000005	PONTE SOBRE O RIBEIRÃO TRÊS BOCAS	0,00	164.391,48
ED19000013	EDIFÍCIO DO TECNOCENTRO PARTE "B" C/3.144,93 M² - CENTRO	3.489.969,06	1.279.617,62
ED20000008	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DE ASS. SOCIAL - CREAS II	0,00	13.091,67
ED20000013	ESCOLA MUNICIPAL MORADAS DE PORTUGAL	0,00	2.730.661,75
ED20000026	Centro de Educação Infantil- PROINFÂNCIA- CMEI Nova Esperança	0,00	517.054,18
ED21000001	VIADUTO DA AVENIDA RIO BRANCO	4.705.060,83	0,00
EDF1500006	CASA RECANTO DE DALIA DO JARDIM PÉROLA	19.394,55	0,00
GP17000001	GALERIA PLUVIAL DA AVENIDA BRASILIA	0,00	766.155,44
GP20000001	GALERIA PLUVIAL ESTRADA LONDRINA WARTA	0,00	487.777,77
GP20000002	GALERIA PLUVIAL DA RUA PIRAPÓ	0,00	179.764,31
GP20000003	GALERIA PLUVIAL RUA WALDIR DE AZEVEDO	0,00	1.072.138,30
GP21000001	GALERIA PLUVIAL DO CONJ. HAB. SÃO LOURENÇO	997.087,32	0,00
CÓDIGO	ESTUDOS E PROJETOS EM ANDAMENTO	98.981,63	629.254,98
BI13000409	AVENIDA DEZ DE DEZEMBRO - VIA EXPRESSA NORTE-SUL	0,00	48.195,70

BI14000889	RUA BOLÍVIA	0,00	4.573,99
BI14000961	RUA ADRIÁTICO	0,00	6.100,92
BI14001308	AVENIDA RIO BRANCO	0,00	247.500,00
BI15000015	AVENIDA SAUL ELKIND	98.981,63	49.614,25
BI17000074	RUA PERU	0,00	9.829,39
BI19000610	RUA PEDRO BOTELHO DE REZENDE	0,00	71.720,00
ED17000018	C.R.A.S. OESTE A, DO JARDIM MARACANÃ	0,00	9.800,00
ED20000009	RESTAURANTE POPULAR DA ZONA NORTE	0,00	103.799,98
ED20000027	PONTE SOBRE O CÔRREGO GRAMADINHO	0,00	61.409,00
ED20000028	CONDOMÍNIO DO IDOSO COMPOSTO POR 40 UNID HABITACIONAIS	0,00	3.894,00
ED20000030	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA REGIÃO SUL "A"	0,00	12.817,75
T O T A I S		31.759.979,76	105.240.591,75

5.6.2.4.2 - Benfeitorias em Propriedade de Terceiros

As Benfeitorias em Propriedade de Terceiros, referem-se aos custos de obras, instalações e benfeitorias de manutenção, realizadas em edificações disponibilizadas ao Município, cuja propriedade pertença a órgão da administração indireta ou ao Governo do Estado.

5.6.2.4.3 - Demais Bens Imóveis

Quanto os Demais Bens Imóveis, são aqueles em poder de terceiros, principalmente ao governo de outras esferas, nas mesmas circunstâncias, transcrita na nota acima.

5.7 - Intangível

Os bens intangíveis constituem-se na propriedade imaterial do Município, possuem valor econômico e são desprovidos de substância física, como por exemplo: Licenças, Direitos, Software, Tecnologia e outros.

O Ativo Intangível no final do exercício totalizou aproximadamente R\$ 17.035.860,29 conforme tabela a seguir.

Tabela 16 – Bens Intangíveis

CONTAS CONTÁBEIS	2021	AV%	2020	AV%	AH%
BENS INTANGÍVEIS	17.035.860,29	100,0	16.985.758,29	100,0	0,3
Softwares	843.464,27	5,0	793.362,27	4,7	6,3
Softwares - Com Vida Útil Definida	843.464,27	5,0	793.362,27	4,7	6,3
(-) Depreciação de Bens Intangíveis	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Direito de Uso de Imóveis	16.192.396,02	95,0	16.192.396,02	95,3	0,0
Direito de Uso de Imóveis de Prop.do Governo do Estado	4.941.541,84	29,0	4.941.541,84	29,1	0,0
Direito de Uso de Imóveis de Prop.de Órgãos da Administração Indireta	11.250.854,18	66,0	11.250.854,18	66,2	0,0

Este quadro demonstra o valor dos bens intangíveis em dezembro de 2021 no montante de R\$ 17.035.860,29, sendo que apenas R\$ 843.464,27 se referem a softwares sujeitos a amortização. Quanto aos demais itens, referem-se ao direito de uso de imóveis de propriedade do Governo do Estado e de órgão da Administração Indireta, como a COHAB-LD, de escolas, mercados, centro de comunitários, esportivos e de convivência, e outros imóveis de uso administrativos, que deverão ser devolvidos após o encerramento da concessão de uso.

6 – Balanço Patrimonial – Contas do Passivo

6.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

O subgrupo das “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar” está segregado em dois grupos (I) a curto prazo; e (II) longo prazo, na tabela a seguir é apresentada a composição.

Tabela 17 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Curto e Longo Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2021			EXERCÍCIO DE 2020		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
OBRIGAÇÕES, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR DE CURTO E LONGO PRAZO	10.829.161,29	264.331.566,22	275.160.727,51	26.950.177,42	263.983.788,93	290.933.966,35

1. Pessoal a Pagar	13.242,15	0,00	13.242,15	995.545,56	0,00	995.545,56
1.1. Salários, Remunerações e Benefícios de Exercícios Anteriores	13.242,15	0,00	13.242,15	222.273,42	0,00	222.273,42
1.2 Férias	0,00	0,00	0,00	16.931,59	0,00	16.931,59
1.3. Licença Premio	0,00	0,00	0,00	756.340,55	0,00	756.340,55
2. Precatório de Pessoal - Regime Ordinário	1.240.387,03	34.285.914,03	35.526.301,06	1.232.688,28	46.348.066,20	47.580.754,48
2.1. Precatório de Pessoal - Regime Ordinário - Antes de 05/05/2000	0,00	82.957,69	82.957,69	0,00	82.957,69	82.957,69
2.2. Precatório Pessoal - Reg. Ordinário - A Partir de 05/05/2000 Venc. e Não Pagos	1.224.635,55	21.189.425,50	22.414.061,05	1.206.311,50	34.417.248,19	35.623.559,69
2.3. Precatório de Pessoal - Regime Ordinário - A Partir de 05/05/2000 - Não Vencido	15.751,48	13.013.530,84	13.029.282,32	26.376,78	11.847.860,32	11.874.237,10
3. Benefícios Assistenciais a Pagar	66.387,80	0,00	66.387,80	0,00	0,00	0,00
3.1. Benefícios Assistenciais a Pagar do Exercício	66.387,80	0,00	66.387,80	0,00	0,00	0,00
4. Encargos Sociais a Pagar - RGPS	9.509.144,31	230.045.652,19	239.554.796,50	24.721.943,58	217.635.722,73	242.357.666,31
4.1. Contribuições ao RGPS a Pagar	10.102,15	16.308.416,64	16.318.518,79	99.060,53	17.369.125,91	17.468.186,44
4.2. Encargos Sociais a Pagar Intra OFSS (RPPS)	8.629.613,55	213.737.235,55	222.366.849,10	9.414.017,64	200.266.596,82	209.680.614,46
4.3 Outros Encargos Sociais	606,05	0,00	606,05	14.340.042,85	0,00	14.340.042,85
4.4. Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União (INSS)	868.822,56	0,00	868.822,56	868.822,56	0,00	868.822,56

As contas de **Precatório de Pessoal** representam as requisições de pagamento contra a Fazenda Pública decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, disciplinados pelo art. 100 da CF/1988.

No exercício, as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar representa dentro do Passivo, as seguintes participações; No Passivo Circulante em 19,7%; No Não Circulante de Longo Prazo em 41,9%; e no Ativo Total, em 30,7%

A redução nos Encargos Sociais a Pagar de curto prazo se deve ao registro do cancelamento da obrigação de encargos com o Fundo de Assistência à Saúde em atendimento à Lei Municipal 13.034/2020.

6.2 - Empréstimos e Financiamentos

Abaixo são demonstrados quadros que detalham as obrigações com Empréstimos e Financiamentos – Curto e Longo Prazos:

Tabela 18 – Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2021			EXERCÍCIO DE 2020		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS DE CURTO E LONGO PRAZO	19.036.579,38	128.955.992,83	147.992.572,21	32.421.491,71	99.050.986,25	131.472.477,96
1. Empréstimos Interno	9.122.214,17	100.842.710,31	109.964.924,48	21.173.576,92	64.306.366,71	85.479.943,63
Operação de Créditos Internas - Em Contratos	7.033.431,69	99.906.159,55	106.939.591,24	14.821.917,04	62.319.251,22	77.141.168,26
Operação de Créditos Internas - Em Contratos Inter OFSS - Estado	2.088.782,48	936.550,76	3.025.333,24	6.351.659,88	1.987.115,49	8.338.775,37
2. Financiamento Interno	9.838.419,18	24.549.468,13	34.387.887,31	10.388.209,49	32.712.677,61	43.100.887,10
Financiamento Interno do Ativo Permanente	9.838.419,18	19.985.147,44	29.823.566,62	10.388.209,49	25.259.456,94	35.647.666,43
Financiamento Interno para Implantar Distrito Industrial	0,00	4.564.320,69	4.564.320,69	0,00	7.453.220,67	7.453.220,67
3. Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos	75.946,03	3.563.814,39	3.639.760,42	859.705,30	2.031.941,93	2.891.647,23
Juros de Contratos - Empréstimos Internos	57.846,37	3.563.814,39	3.621.660,76	691.606,28	2.031.941,93	2.723.548,21
Encargos de Contratos - Empréstimos Internos	18.099,66	0,00	18.099,66	168.099,02	0,00	168.099,02

Tabela 19 – QUADRO DA DÍVIDA FUNDADA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

CÓD. DÍVIDA FUNDADA	DISCRIMINAÇÃO	% JUROS A.A.	FINAL CONTRATO	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL GERAL
EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E JUROS C/ENCARGOS A PAGAR				19.036.579,38	128.955.992,83	147.992.572,21
1. Empréstimos Interno				9.122.214,17	100.842.710,31	109.964.924,48
66/2014	Contrato 0400315-69/2013 – Pavimentação e Drenagem - Av. Angelina Ricci Vezozzo e Rua Antonio Carvalho Lage - Lei 11873/15 - Fonte 615 - C.E.F. - Vr. Contrato 5.901.495,00	8,70% + TR	fev-36	226.894,90	4.175.183,49	4.402.078,39
1/2015	Oper. Crédito AFPR/SFM Pavimentação e Recape de vias - Contrato 3332 - Lei 11.964/15 - Fonte 619 - Conta 35.692-1 Ag. De Fomento - Vr. do Contrato R\$ 13.733.273,33	6% (TJLP)	jun-22	1.986.278,45	0,00	1.986.278,45
126/2015	Operação de Crédito BNDES PMAT CT. 14.2.0375.1 - Lei 13.052/2012 - Fonte 614 - Conta 435-8 BNDES -Vr. do Contrato R\$ 18.992.000,00	1,9% - TJLP	set-22	2.850.476,14	0,00	2.850.476,14
1/2016	Contrato 0414398-57/2015 – Pavimentação de Infraestrutura Rua Aminthas de Barros - Lei 12.298/15 - Fonte 623 - Conta 71.055-4 C.E.F. - Valor Contrato R\$ 3.245.886,87	6%+T.ADM 2%+TRC 0,70% aa	dez-38	157.063,20	2.966.784,51	3.123.847,71
2/2016	Contrato 0414401-04/2015 – Pavimentação de Infraestrutura Av. Pref. Faria Lima - Lei 12.301815 - Fonte 624 - - Conta 71.060-0 C.E.F. - Vr. Contrato R\$ 6.477.895,78	6%+T.ADM 2%+TRC 0,70% aa	dez-38	256.274,75	5.763.978,67	6.020.253,42
4/2016	Contrato 0400311-21/2014 – Pavimentação e Drenagem – Implantação e Adequação do Acesso da Rodovia PR-445 à BR-369 – Arco Leste - Lei 11874/13 - Fonte 919 - Conta 426-9 C.E.F - Vr. Contrato R\$ 15.582.790,08	6% + TR	abr-38	675.180,37	14.175.475,43	14.850.655,80
5/2016	Contrato 0415366-00/2014 – Implantação de Sistema de Transporte Urbano - BHLS - Lei 11.873/13 - Fonte 618 - Conta 423-4 C.E.F. - Vr. do Contrato R\$ 124.705.100,00	6% + TR	jan-38	2.867.542,33	58.175.583,03	61.043.125,36
03/2021	Contrato - 59443 - BRDE - Iluminação Pública - Lei 13.052/20 - Fonte 630 - Conta 1.102-0 C.E.F / BRDE - Valor Contrato R\$ 56.000.000,00	5,51% + TJLP + V.C.EURO	jul-33	0,00	14.649.154,42	14.649.154,42
400/2019	Operação de Crédito AFPR 4036 - Infraestrutura - Lei 12.635/2017 - Fonte 626 - Conta 38.488-7 Ag.de Fomento - Vr. do Contrato R\$ 25.000.000,00	5,25% + TJLP	nov-27	102.504,03	936.550,76	1.039.054,79
2. Financiamentos Interno				9.838.419,18	24.549.468,13	34.387.887,31
110/2013	Operação de Crédito CEF/COHAB CT 269931	3,08	dez-26	3.818.914,84	14.466.261,92	18.285.176,76
181/2013	Operação de Crédito CEF/COHAB CT 362381	3,08	dez-26	1.455.183,66	5.518.885,52	6.974.069,18
3/2016	Financiamento da COHAB-LD - Mirante - Aq.Terreno Industrial Lei 12.242/15	IPCA - E (IBGE)	fev-24	4.564.320,68	4.564.320,69	9.128.641,37
3. Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos a Pagar				75.946,03	3.563.814,39	3.639.760,42
66/214	Contrato 0400315-69/2013 – Pavimentação e Drenagem - Av. Angelina Ricci Vezozzo e Rua Antonio Carvalho Lage - Lei 11873/15 - Fonte 615 - C.E.F. - Vr. Contrato 5.901.495,00			0,00	1.067.366,33	1.067.366,33
1/2015	Oper. Crédito AFPR/SFM Pavimentação e Recape de vias - Contrato 3332 - Lei 11.964/15 - Fonte 619 - Conta 35.692-1 Ag. De Fomento - Vr. do Contrato R\$ 13.733.273,33			55.761,79	0,00	55.761,79
126/2015	Operação de Crédito BNDES PMAT CT. 14.2.0375.1 - Lei 13.052/2012 - Fonte 614 - Conta 435-8 BNDES -Vr. do Contrato R\$ 18.992.000,00			2.084,59	0,00	2.084,59

1/2016	Contrato 0414398-57/2015 – Pavimentação de Infraestrutura Rua Aminthas de Barros - Lei 12.298/15 - Fonte 623 - Conta 71.055-4 C.E.F. - Valor Contrato R\$ 3.245.886,87			0,00	99.568,10	99.568,10
2/2016	Contrato 0414401-04/2015 – Pavimentação de Infraestrutura Av. Pref. Faria Lima - Lei 12.301815 - Fonte 624 - Conta 71.060-0 C.E.F. - Vr. Contrato R\$ 6.477.895,78			0,00	172.446,60	172.446,60
4/2016	Contrato 0400311-21/2014 – Pavimentação e Drenagem – Implantação e Adequação do Acesso da Rodovia PR-445 à BR-369 – Arco Leste - Lei 11874/13 - Fonte 919 - Conta 426-9 C.E.F - Vr. Contrato R\$ 15.582.790,08			0,00	395.698,22	395.698,22
5/2016	Contrato 0415366-00/2014 – Implantação de Sistema de Transporte Urbano - BHLS - Lei 11.873/13 - Fonte 618 - Conta 423-4 C.E.F. - Vr. do Contrato R\$ 124.705.100,00			0,00	1.373.340,03	1.373.340,03
03/2021	Contrato - 59443 - BRDE - Iluminação Pública - Lei 13.052/20 - Fonte 630 - Conta 1.102-0 C.E.F / BRDE - Valor Contrato R\$ 56.000.000,00			18.099,65	455.395,11	473.494,76
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E JUROS COM ENCARGOS A PAGAR				19.036.579,38	128.955.992,83	147.992.572,21

6.3 - Fornecedores e Contas a Pagar

As Obrigações Fornecedores estão segregadas em dois grupos (I) a curto prazo; e (II) Longo prazo. Na tabela a seguir, é apresentada a composição em 31/12/2021 e 31/12/2020.

Tabela 20 – Fornecedores e Contas a Pagar de Curto e Longo Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	2021	AV%	2020	AV%	AH%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR - SINTÉTICA DE <u>CURTO E LONGO PRAZO</u>	1.107.961,74	100,0	3.474.542,55	100,0	-68,1
Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo	1.107.961,74	100,0	3.474.542,55	100,0	-68,1
Fornecedores e Contas a Pagar de Longo Prazo	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0

O saldo de “Fornecedores e Contas a Pagar”, representa as obrigações pelas aquisições de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais do Município, bem como, aquisições de bens e serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar.

6.4 - Obrigações Fiscais

As Obrigações Fiscais estão segregadas em dois grupos (I) a curto prazo; e (II) Longo prazo. Na tabela a seguir, são apresentadas as movimentações comparativas dos dois últimos exercícios, a saber:

Tabela 21 – Obrigações Fiscais de Curto e Longo Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2021			EXERCÍCIO DE 2020		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO E LONGO PRAZO	321.392,07	17.947.187,22	18.268.579,29	565.227,44	18.088.077,68	18.653.305,12
1. Obrigações Fiscais a Curto e Longo Prazo com a União	321.392,07	17.947.187,22	18.268.579,29	565.227,44	18.088.077,68	18.653.305,12
PIS/PASEP a Recolher	320.651,24	17.947.187,22	18.267.838,46	564.669,93	18.088.077,68	18.652.747,61
Outros Tributos e Contribuições Estaduais a Recolher	740,83	0,00	740,83	557,51	0,00	557,51

Os saldos dessas obrigações representam contribuições sociais do PASEP, taxas, emolumentos e multas fiscais, incidentes sobre as receitas do Município, em processos administrativo e judiciais a pagar.

O encargo de PIS/PASEP a Recolher – Parcelado, corresponde ao tributo renegociado com a união no que tange ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), por meio da Lei Federal nº 12.810, de 15 de maio de 2013.

6.5 - Provisões

As Provisões estão segregadas em dois grupos (I) a curto prazo; e (II) Longo prazo. Na tabela a seguir, é apresentada a composição em 31/12/2021 e 31/12/2020.

Tabela 22 – Provisões de Longo e Curto Prazos

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2021			EXERCÍCIO DE 2020		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
PROVISÕES DE CURTO E LONGO PRAZO	510.305,80	148.393.916,54	148.904.222,34	510.305,80	43.084.208,11	43.594.513,91
1. Provisões Para Riscos Fiscais	0,00	16.753.790,85	16.753.790,85	0,00	19.728.118,65	19.728.118,65
Provisão Para Pagamento Referentes a Autos de Infração	0,00	16.248.736,66	16.248.736,66	0,00	18.651.292,99	18.651.292,99
Provisão Para Pagamento de Autuações Fiscais - Esfera Judicial	0,00	505.054,19	505.054,19	0,00	1.076.825,66	1.076.825,66
2. Outras Provisões	510.305,80	131.640.125,69	132.150.431,49	510.305,80	23.356.089,46	23.866.395,26
Devolução de Bens Imóveis ao Cedente	510.305,80	22.410.305,69	22.920.611,49	510.305,80	22.410.305,69	22.920.611,49
Provisão Para Fornecedores de Bens Materiais, Serviços e Utilidades	0,00	945.783,77	945.783,77	0,00	945.783,77	945.783,77
Precatórios de Terceiros com Exigibilidades Suspensas	0,00	108.284.036,23	108.284.036,23	0,00	0,00	0,00

6.5.1 - As “Provisões para Riscos Fiscais” representam os autos de infrações governamentais e judiciais, lavrados ou notificados;

6.5.2 - As provisões classificadas em ‘Provisão de Devolução de Bens Recebidos em Cessão de Uso ao Cedente’ referem-se à possibilidade de devolução de bens móveis e imóveis recebidos de outras esferas governamentais com objetivos específicos no atendimento das atividades e dos interesses da comunidade, desenvolvidas pelo Município.

6.5.3 - A Provisão de Obrigações com Terceiros é o reconhecimento de dívida incorrida dos serviços de saneamento não pagos pelo Município com a SANEPAR, ligada a Lei Municipal nº 16.636 de 18 de dezembro 2017, que autoriza a adesão ao programa de recuperação de crédito com a entidade – RECRED 2017.

6.5.4 – Precatórios de Terceiros com Exigibilidades Suspensas, refere-se à reclamação judicial de empresa de Transporte Coletivo.

6.6 – Demais Obrigações

Este subgrupo compreende as obrigações perante terceiros que não foram incluídas em subgrupos específicos segregadas em dois grupos (I) a curto prazo; e (II) Longo prazo a seguir’.

Tabela 23 – Demais Obrigações de Curto e Longo Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2021			EXERCÍCIO DE 2020		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO E LONGO PRAZO	23.056.503,74	80.235.614,21	103.292.117,95	19.842.223,36	180.163.258,95	200.005.482,31
1. Valores Restituíveis	11.137.978,83	0,00	11.137.978,83	10.676.075,03	0,00	10.676.075,03
Consignações	633.876,28	0,00	633.876,28	4.454.455,55	0,00	4.454.455,55
Garantias	140.381,86	0,00	140.381,86	123.613,83	0,00	123.613,83
Depósitos Judiciais	9.642.379,99	0,00	9.642.379,99	5.487.568,26	0,00	5.487.568,26
Depósitos Não Judiciais	721.340,70	0,00	721.340,70	610.437,39	0,00	610.437,39
2. Outras Obrigações a Curto e Longo Prazo	11.918.524,91	80.235.614,21	92.154.139,12	9.166.148,33	180.163.258,95	189.329.407,28
Indenizações e Restituições	315.076,33	0,00	315.076,33	3.930,77	0,00	3.930,77
Diárias a Pagar	1.870,00	0,00	1.870,00	860,00	0,00	860,00
Suprimentos de Fundos a Pagar	2.530,90	0,00	2.530,90	2.530,90	0,00	2.530,90
Convênios a Pagar	0,00	0,00	0,00	819.331,00	0,00	819.331,00
Precatórios de Terceiros	2.554.694,95	80.235.614,21	82.790.309,16	2.462.626,59	180.163.258,95	182.625.885,54
Participações em Empresas com PL Negativo	9.044.352,13	0,00	9.044.352,13	5.876.869,07	0,00	5.876.869,07
Outros Credores de Exercício - Curto Prazo	0,60	0,00	0,60	0,00	0,00	0,00

No final do Exercício de 2021, a conta “Demais Obrigações” teve redução em 93,6% em relação ao exercício anterior. A conta Precatórios de Terceiros é a que mais impactou essa redução, sendo causada pela suspensão da obrigação de precatórios, de pagamentos e inscrições de novas sentenças judiciais definidas no exercício.

6.6.1 Valores Restituíveis

As “Consignações” decorrem das retenções efetuadas em folha de salários de pessoal, em pagamentos a fornecedores e depósitos para posterior recolhimento, principalmente no mês seguinte, como: Retenções sobre Vencimentos e Vantagens – RPPS; Encargos Previdenciários – INSS; Retenções para Sindicatos; Retenções para Associações; Retenções para Empréstimos e Financiamentos; Retenções de Seguros; Retenções de Assistência Odontológica; Retenções de Cartões de Créditos; Outras Retenções; Consignações de Convênios a Repassar a Entidades e Valores não reclamados de fornecedores.

Os “Depósitos Judiciais”, de forma expressiva, das obrigações imposta ao Município por meio de decisões judiciais são os precatórios, cuja regulamentação é dada pelo art. 100 da Constituição Federal de 1988.

Os “Depósitos Não Judiciais” são depósitos caucionados que constituem garantias fornecidas pelos contratados com objetivo de assegurar a execução dos contratos celebrados com o município.

6.6.2 Outras Obrigações

Os saldos das “Outras Obrigações de Curto Prazo” são valores de terceiros inseridos em restos a pagar e/ou de retenções em nome deles independentes do prazo de exigibilidade abrangendo os valores a repassar às entidades privadas sem fins lucrativos e precatórios a pagar. Compreendem-se também as operações efetuadas entre unidade pertencente ao orçamento fiscal e da seguridade social com pessoas ou unidades de entes públicos que não pertençam ao município, além dos demais fatos que não compreendem transações entre as partes.

Conforme evidenciado na tabela acima 89,8% das “Outras Obrigações a Curto Prazo e a Longo Prazo”, correspondem as obrigações decorrentes de decisões judiciais proferidas em desfavor do Município, mediante a constituição de precatórios regulados pelo art. 100 da CF/88.

Verifica-se também na tabela, outra espécie de obrigação relevante da “Perda em Participações em Empresas com PL Negativo” decorrente da participação do Município em empresas públicas Companhia Municipal de Trânsito e Urbanismo – CMTU e Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento de Londrina S/A.

6.7 - Patrimônio Líquido

O resultado do Patrimônio Líquido corresponde a situação patrimonial líquida, apurada pela diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, que pode ser um montante positivo ou negativo.

No Patrimônio Líquido deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público.

O Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial de 2021 soma R\$ 2,8 bilhões, em comparação com o valor de 2020, que foi de R\$ 2.3 bilhões, houve um aumento nominal de 20,6 %.

Tabela 24 – Patrimônio Líquido

CONTAS CONTÁBEIS	2021	AV%	2020	AV%	AH%
RESULTADO ACUMULADOS	2.845.111.031,11	100,0	2.358.439.316,09	100,0	20,6
Resultado do Exercício	517.782.121,57	18,2	811.649.689,61	34,4	-36,2
Resultado de Exercícios Anteriores	2.359.289.103,14	82,9	2.238.665.610,68	94,9	5,4
Ajustes de Exercícios Anteriores	-31.960.193,60	-1,1	-69.1875.984,2	-29,3	-95,4
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.845.111.031,11	100,0	2.358.439.316,09	100,0	20,6

6.7.1 Resultado do Exercício apurado em 31/12/2021 foi superavitário em R\$ 517,8 milhões resultante do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas que estão detalhadas nas notas [8](#), [9](#) e [10](#) deste documento.

6.7.2 O saldo do Resultado de Exercícios Anteriores em 2021 apresentou um aumento de 5,4% em relação ao exercício anterior.

6.7.3 Ajustes de Exercícios Anteriores registra os efeitos da mudança de critérios contábeis ou na retificação de erro imputável a exercícios anteriores que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Os Ajustes ocorridos no exercício de 2021 que resultam no valor deficitário de R\$ 31,9 milhões são decorrentes da movimentação contas a seguir detalhadas:

Tabela 24.1 – Detalhamento de Ajustes de Exercícios Anteriores

Descrição da conta	Débito	Crédito	Saldo
--------------------	--------	---------	-------

6.7.3.1 Créditos a Curto Prazo	109.786.873,53	15.336.262,46	94.450.611,07
6.7.3.2 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.873.056,31	25.972.668,75	- 24.099.612,44
6.7.3.3 Imobilizado	23.676.121,27	42.358.686,47	- 18.682.565,20
6.7.3.4 Obrigações Trabalhistas a pagar	386.833,21	15.482.745,69	- 15.095.912,48
6.7.3.5 Demais Ajustes de exercícios anteriores			
Empréstimos e Financiamentos	-	865.699,55	- 865.699,55
Investimentos	106.402,15	878.702,15	-772.300,00
Provisões a Longo Prazo	16.753.790,85	19.728.118,65	- 2.974.327,80
	152.583.077,32	120.622.883,72	31.960.193,60

6.7.3.1 Os ajustes de Créditos a Curto Prazo referem-se as divergências apontadas no item “k” das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de 2020, que foram apuradas, identificadas e corrigidas durante o exercício de 2021. As correções realizadas ocorreram em dezembro/2021 no Módulo TCE do Sistema Tributário Municipal e registradas no Sistema de Contabilidade Municipal nas contas de Créditos Tributários e Não Tributários, Dívida Ativa Tributária e Não Tributária. Foram realizadas as apurações e revisões na integração dos dados para o sistema de contabilidade, que resultou na implementação de ferramentas para melhoria dos processos de conferências visando evitar futuras divergências na integração dos dados para o Sistema de Contabilidade. Todas as correções foram devidamente processadas e registradas no SEI 19.003.153136/2020-71 da Prefeitura do Município de Londrina.

6.7.3.2 - Os ajustes de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo são decorrentes de registros intempestivos de Créditos a Receber não tributários que não possuem integração entre os sistemas informatizados tributário e contábil.

6.7.3.3 Os ajustes do Imobilizado são decorrentes de registros de incorporações e baixas encaminhados intempestivamente à contabilidade.

6.7.3.4 Os ajustes das Obrigações Trabalhistas a pagar são decorrentes, em quase toda a sua totalidade, do registro do cancelamento da obrigação de encargos com o Fundo de Assistência à Saúde em atendimento à Lei Municipal 13.034/2020.

6.7.3.5 Os demais ajustes são decorrentes de fatos ocorridos em exercícios passados e ajustados e registrados no exercício de 2021.

7 – Balanço Patrimonial - Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Este quadro apresenta os ativos e passivos financeiros e patrimoniais, de acordo com o disposto no art. 105 de Lei 4.320/1964, elaborado com base nos dados da classe 1 (Ativo), da classe 2 (Passivo) do PCASP, e nas contas que representem passivos financeiros classificadas nas contas da classe 6 “Créditos Empenhados a Liquidar” e “Restos a Pagar Não Processados a Liquidar”.

Tabela 25– Apresentação do Saldo Patrimonial

ESPECIFICAÇÃO	2021		2020		AH%
A T I V O (I)					
Ativo Financeiro	395.687.796,44	14,9	327.535.290,86	14,5	20,8
Ativo Permanente	3.144.149.415,71	118,5	2.719.038.313,43	120,6	15,6
TOTAL DO ATIVO	3.539.837.212,15	133,4	3.046.573.604,29	135,1	16,2
P A S S I V O (II)					
Passivo Financeiro	203.763.580,98	7,7	120.043.395,36	5,3	69,7
Passivo Permanente	681.902.081,51	25,7	672.207.899,75	29,8	1,4
TOTAL DO PASSIVO	885.665.662,49	33,4	792.251.295,11	35,1	11,8
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	2.654.171.549,66	100,0	2.254.322.309,18	100,0	17,7

Tabela 26 – Detalhamento da Composição do Saldo do Ativo Financeiro

CONTA CONTÁBEIS FINANCEIRAS	2021	AV%	2020	AV%	AH%
Caixa e Equivalentes de Caixa	387.771.621,09	98,0	317.409.694,81	96,9	22,2
Bancos Conta Movimento	3.643.559,84	0,9	10.625.859,52	3,2	-65,7
Poupança	3.658.771,84	0,9	7.800.943,06	2,4	-53,1
Fundo de Aplicação Financeira	380.469.289,41	96,2	298.982.892,23	91,3	27,3
Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	7.324.082,69	1,9	9.533.503,39	2,9	-23,2
Outros Créditos a Receber Entidades	46.736,78	0,0	46.736,78	0,0	100,0
Depósitos Judiciais	77.599,36	0,0	73.408,64	0,0	5,7
Depósitos Restituíveis e Vinculados em Conta Especial - Precatórios - Controlado pelo Tribunal de Justiça	6.254.203,61	1,6	8.471.697,60	2,6	-26,2
Créditos a Receber p/Reembolso de Sal. Maternidade Pago	0,00	0,0	500,62	0,0	100,0
COSIP - Iluminação Pública a Receber	235.943,84	0,1	231.560,65	0,1	1,9
Outros Créditos a Receber de Entidades	709.599,10	0,2	709.599,10	0,2	0,0
Créditos a Receber Decorrente de folha	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	592.092,66	0,1	592.092,66	0,2	0,0
Créditos a Receber em Poder da Justiça	592.092,66	0,1	592.092,66	0,2	0,0
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	395.687.796,44	100,0	327.535.290,86	100,0	20,8

Tabela 27 – Detalhamento da Composição do Saldo do Passivo Financeiro

CONTA CONTÁBEIS FINANCEIRAS	2021	AV%	2020	AV%	AH%
Contas do Passivo Financeiro	203.763.580,98	100,0	120.043.395,36	100,0	69,7
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assistenciais a Pagar a Cto Prazo	93.438,53	0,0	338.736,46	0,3	-72,4
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,0	1.235.759,63	1,0	-100,0
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.107.961,74	0,5	3.474.542,55	2,9	-68,1
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	47.107,83	0,0	157.549,42	0,1	-70,1
Valores Restituíveis	11.137.978,83	5,5	10.676.075,03	8,9	4,3
Outras Obrigações a Curto Prazo	437.612,60	0,2	43.725,36	0,0	900,8
Crédito Empenhado a Liquidar	169.490.207,30	83,2	90.041.480,99	75,0	88,2
RP Não Processados a Liquidar	21.449.274,15	10,5	14.075.525,92	11,7	52,4
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	203.763.580,98	100,0	120.043.395,36	100,0	69,7

7.1 – Balanço Patrimonial - Atos Potenciais Ativos

Os Atos Potenciais Ativos, das Contas de Controle, correspondem ao “Quadro de Compensações” do Balanço Patrimonial, que normalmente representam as Garantias e Contragarantias recebidas a executar, ou recursos de convênios a receber, a saber:

Tabela 28 – Atos Potenciais Ativos

CONTAS CONTÁBEIS	2021	AV%	2020	AV%	AH%
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	213.347.531,18	100,0	222.295.320,23	100,0	-4,0
Garantias e Contra Garantias Recebidas a Executar	3.198.975,60	1,5	4.222.875,37	1,9	-24,2
Direito Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	22.588.090,72	10,6	26.920.615,90	12,1	-16,1
Direitos Contratuais a Executar	187.560.464,86	87,9	191.151.828,96	86,0	-1,9

A conta Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber representa os valores a receber de outras esferas de governos, provenientes de recursos convênios ou parcerias, para atendimento de suas atividades ou de interesse coletivo da comunidade.

Quanto aos Direitos Contratuais a executar se referem ao Contrato de Concessão firmado com a Sanepar para exploração do sistema de abastecimento de água e esgoto de Londrina.

7.2 - Balanço Patrimonial - Atos Potenciais Passivos

Os principais itens que compõem esse subgrupo de contas de Atos Potenciais Passivos são as Garantias e Contragarantias Concedidas e as Obrigações Contratuais.

Tabela 29 – Atos Potenciais Passivos

Os atos potenciais passivos são atos e fatos que possam vir a aumentar o passivo ou diminuir o ativo do Município, como abaixo está demonstrado.

CONTAS CONTÁBEIS	2021	AV%	2020	AV%	AH%
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	802.684.540,64	100,0	584.992.964,40	100,0	37,2
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	76.871.931,93	9,6	86.097.807,61	14,7	-10,7
Obrigações Conveniados e Outros Instrum. Congêneres a Liberar	4.935.748,01	0,6	4.935.748,01	0,8	0,0
Obrigações Contratuais a Executar	720.876.860,70	89,8	493.959.408,78	84,4	45,9

Dentre os atos potenciais passivos, os mais expressivos são as obrigações contratuais a executar, que se refere ao fornecimento de bens e serviços, para o atendimento das atividades públicas, que representa 84,4% do valor do subgrupo.

7.3 – Balanço Patrimonial - Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

O Superávit Financeiro refere-se a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro apurados no Balanço Patrimonial, servindo como recurso para a abertura de créditos suplementares e especiais no exercício posterior, respeitando a vinculação do recurso. O total do superávit financeiro apurado no exercício soma R\$ 191,9 milhões, no exercício anterior soma R\$ 207,5 milhões, discriminado no quadro próprio do anexo Balanço Patrimonial e reproduzido abaixo:

Tabela 30 – Demonstração do Superávit / Déficit Financeiro Apurado no Exercício

FONTES DE RECURSOS	2021	AV%	2020	AV%	AH%
Alienação de Bens	1.282.910,39	0,7	2.406.299,31	1,2	-46,7
Apoio Financeiro a Municípios	153.525,43	0,1	487.019,09	0,2	-68,5
Cessão Onerosa - Pré-Sal	117.628,94	0,1	149.891,24	0,1	-21,5
Emenda Parlamentar	4.517.362,79	2,4	1.551.384,30	0,7	191,2
Operação de Crédito	-55.621.858,59	-29,0	-22.016.767,12	-10,6	152,6
Ordinária	201.137.218,30	104,8	182.512.572,58	88,0	10,2
Outras Origens	19.885.711,48	10,4	8.873.998,46	4,3	124,1
Transferência de Programas	7.240.421,72	3,8	12.153.369,98	5,9	-40,4
Transferência Voluntária	13.160.966,77	6,9	21.374.127,66	10,3	-38,4
Valores Restituíveis	50.328,23	0,0	-	0,0	0,0
TOTAL GERAL	191.924.215,46	100,0	207.491.895,50	100,0	-7,5

As fontes negativas indicam que o empenho foi realizado antes da entrada do recurso. Exemplos frequentes ocorrem para as Fontes de Recursos de Operações de Crédito, para as quais as despesas são executadas e encaminhadas para aprovação da instituição financeira que, após a aceitação da medição da obra em andamento, realiza a liberação financeira da operação de crédito.

II – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2021 – Anexo 15

A seguir serão destacadas as contas de maior relevância das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Tabela 31 – Apuração do Resultado Patrimonial do Exercício

CONTAS CONTÁBEIS	2021	AV%	2020	AV%	AH%
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA - VPA	2.290.135.393,42	100,0	2.486.235.762,31	100,0	-7,9
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	986.805.203,82	43,1	829.525.079,04	33,4	19,0
Contribuições	47.941.993,33	2,1	40.756.564,56	1,6	17,6
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.912.936,94	0,1	53.578.321,75	2,2	-96,4
Variação Patrimonial Aumentativa Financeira	55.382.289,60	2,4	31.137.444,61	1,3	77,9

Transferências Delegada Recebidas	661.153.463,29	28,9	651.199.283,40	26,2	1,5
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorpor. de Passivo	392.730,02	0,0	2.620.765,20	0,1	-85,0
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	536.546.776,42	23,4	877.418.303,75	35,3	-38,8
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA - VPD	1.472.353.272,05	100,0	1.674.586.072,70	67,4	-12,1
Pessoal e Encargos	321.928.832,91	21,9	609.627.810,99	24,5	-47,2
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	25.247.106,05	1,7	16.785.701,55	0,7	50,4
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	154.482.301,42	10,5	139.683.658,43	5,6	10,6
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	48.568.747,75	3,3	26.335.117,76	1,1	84,4
Transferências e Delegações Concedidas	590.090.658,67	40,1	508.206.198,59	20,4	16,1
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	133.056.549,32	9,0	215.243.099,01	8,7	-38,2
Tributárias	14.453.604,58	1,0	13.827.188,00	0,6	4,5
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	184.525.471,35	12,5	144.877.298,37	5,8	27,4
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	817.782.121,37	55,5	811.649.689,61	48,5	0,8

8 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - VPA

8.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

O grupo Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria totalizou, em 2021, R\$ 986,8 milhões, representando 43,09% das VPA, deste total 44,69% são relativos ao IPTU e 27,34% são relativos ao ISS, conforme tabela abaixo.

Tabela 32 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

VPA - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS	2021	AV (%)	2020	AV (%)	AH (%)
IRRF	117.307.973,06	13,68	113.438.521,62	14,03	7
IPTU	392.759.674,24	44,69	370.685.776,69	43,72	12,3
ITBI	92.756.773,24	8,31	68.946.447,14	8,01	13,9
ISS	326.527.731,39	27,34	226.823.322,87	28,09	6,9
Taxas pelo Poder Polícia	10.907.684,95	1,23	10.201.312,05	1,14	18,2
Taxas pela Prestação de Serviços	45.942.172,34	4,69	38.869.458,58	4,92	4,6
Contribuição de Melhoria	603.194,60	0,07	560.240,09	0,05	53,4
TOTAL	986.805.203,82	100,0	829.525.079,04	100,0	9,8

8.2 – VPA - Transferências e Delegações Recebidas

O grupo das Transferências Delegadas Recebidas que totalizou, em 2021, R\$ 661,1 milhões, representando 28,9 % das VPA, desse total 43,75 % é originado de Transferências Constitucionais do Estado e 34,1 % de Transferências do FUNDEB.

Tabela 33 – Transferências e Delegações Recebidas

VPA - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2021	AV (%)	2020	AV (%)	AH (%)
Transferências intragovernamentais	8.918.034,99	1,35	21.984.688,37	3,38	-59,4
Transferências Intergovernamentais - Constitucionais - União	113.923.462,00	17,23	71.902.328,49	11,04	58,4
Transferências Intergovernamentais - Constitucionais - Estado	289.254.426,16	43,75	247.120.174,99	37,95	17,1
Transferências Intergovernamentais - FUNDEB	225.530.696,01	34,11	181.895.678,60	27,93	24,0
Transferências Intergovernamentais - Transferências Voluntárias	4.944.874,94	0,75	106.737.507,15	16,39	-95,4
Transferências Intergovernamentais - Outras Transferências	17.277.451,61	2,61	20.712.966,59	3,18	-16,6
Transferências das Instituições Privadas	1.135.996,61	0,17	374.575,01	0,06	203,3
Transferências de Pessoa Físicas	168.520,97	0,03	471.364,20	0,07	-64,2
TOTAL	661.153.463,29	100	651.199.283,40	100	1,53

8.3 – VPA – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Outro grupo a se destacar nas VPA, contribuindo de maneira significativa para o resultado patrimonial do exercício, é o grupo das Outras Variações Patrimoniais Aumentativas totalizando, em 2021, R\$ 536,5 milhões, representando 23,4 % das VPA, desse total 73,24 % são alocados na conta de Reversão de Provisões e Ajustes de Perda.

Tabela 34 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

VPA - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2021	AV (%)	2020	AV (%)	AH (%)
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	704.002,90	0,13	347.173,98	0,04	102,8
Resultado Positivo de Participações	121.709,28	0,02	8.616.486,40	0,98	-98,6
Reversão de Provisões e Ajustes de Perda	392.991.548,37	73,24	804.464.908,88	91,69	-51,1
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	142.729.515,87	26,60	63.989.734,49	7,29	123,1
TOTAL	536.546.776,42	100	877.418.303,75	100	-38,8

9 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - VPD

Na classe das Variações Patrimoniais Diminutivas, as contas com maior de vulto são detalhadas a seguir.

9.1 – VPD – Pessoal e Encargos

Em 2021, as VPD com Remuneração a Pessoal totalizaram R\$ 621,9 milhões, deste valor 69,11% são referentes a Remuneração a Pessoal.

Tabela 35 – Pessoal e Encargos

VPD - PESSOAL E ENCARGOS	2020	AV (%)	2020	AV (%)	AH (%)
Remuneração a Pessoal	431.367.894,73	69,11	421.297.976,40	73,59	2,6
Encargos Patronais	162.120.437,27	26,01	158.568.977,87	21,34	33,2
Benefícios a Pessoal	26.666.764,38	4,47	27.263.542,78	4,7	4
Remuneração a Pessoal Ativo Civil – RGPS	1.773.736,53	0,41	2.497.313,94	0,38	18,7
TOTAL	621.928.832,91	100	609.627.810,99	100	9,23

9.2 – VPD - Transferências e Delegações Concedidas

O grupo de contas de Variação Patrimonial Diminutiva - Transferências e Delegações concedidas totaliza, em 2021, R\$ 590 milhões, com aumento de 16,1 % quando comparado ao exercício de 2020, na tabela abaixo destaca-se a conta Transferências Intragovernamentais, totalizando R\$ 518 milhões, na qual é possível identificar que a distribuição deste valor concentra 73,2 % dos repasses para o Fundo Municipal de Saúde de Londrina.

Tabela 36 – Repasse Concedido

VPD – TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2021	AV (%)	2020	AH (%)	AH (%)
Fundo Municipal de Saúde de Londrina	378.988.844,86	73,2	312.432.090,07	68,21	21,3
Câmara Municipal de Londrina	41.527.000,00	8,0	40.336.000,00	9,07	3,0
ACESF	499.999,40	0,1	0,00	0	-
Autarquia Municipal de Saúde - AMS	60.000,00	0,0	50.000,00	0,01	20,0
Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina	4.000.000,00	0,8	0,00	0	-
Fundo de Urbanização de Londrina	72.690.072,15	14,0	73.308.649,13	18,17	-0,8
Fundação de Esportes de Londrina	7.356.269,21	1,4	6.956.842,52	2,2	5,7
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL	5.283.509,02	1,0	5.023.174,75	1,08	5,2
Instituto de Desenvolvimento de Londrina - CODEL	7.601.339,83	1,5	5.369.362,53	1,26	41,6
TOTAL	518.007.034,47	100	443.476.119,00	100	16,8

10 – Variações Patrimoniais Aumentativas X Variações Patrimoniais Diminutivas

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o Município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômico ou potencial de serviços para a entidade, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivo, seguindo a lógica do regime de competência.

O Resultado Patrimonial apurado em 2021 foi superavitário em R\$ 517,8 milhões no confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Tabela 38 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas

ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	AH%
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	2.290.135.393,62	2.486.235.762,31	-7,9
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	-1.772.353.272,05	-1.674.586.072,70	5,8
Resultado Patrimonial do Período (III= I - II)	517.782.121,57	811.649.689,61	-36,2

Observa-se no resultado patrimonial do atual exercício, que o resultado positivo da ordem de R\$ 517,8 milhões, comparado com o exercício anterior foi menor em -36,2%, representando uma variação de R\$ 293,9 milhões.

10.1 Análise dos resultados por atividade sobre o enfoque patrimonial

O enfoque é demonstrar os resultados segregados por operações específicas ou assemelhadas pelo desdobramento do conjunto de contas de resultado.

10.1.1 Resultado das Atividades Operacionais Próprias ou Administrativa do Município

Esse conjunto de contas de Receitas e Despesas demonstra o resultado das atividades operacionais próprias ou administrativas para o desempenho das atividades essenciais e indispensáveis ao atendimento burocrático na gestão pública, a saber:

Tabela 39 – Impacto nos Resultados das Atividades Operacionais Próprias ou Administrativas do Município

CONTAS CONTÁBEIS	2021	AV%	2020	AV%	AH%
RECEITAS OPERACIONAIS PRÓPRIAS	1.036.660.324,09	100,0	923.859.965,35	100,0	12,2
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	986.805.393,62	95,2	829.525.079,04	89,8	19,0
Contribuições	47.941.993,53	4,6	40.756.564,56	4,4	17,6
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.912.936,94	0,2	53.578.321,75	5,8	-96,4
DESPESAS DAS OPERAC.DE ADMIN.E MANUTENÇÃO	816.111.844,96	100,0	779.924.358,97	100,0	4,6
Pessoal e Encargos	621.928.832,91	76,2	609.627.810,99	78,2	2,0
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	25.247.106,05	3,1	16.785.701,55	2,2	50,4
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	154.482.301,42	18,9	139.683.658,43	17,9	10,6
Tributárias	14.453.604,58	1,8	13.827.188,00	1,8	4,5
RESULTADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS PRÓPRIAS	220.548.479,13	27,0	143.935.606,38	18,5	53,2

No resultado das atividades “operacionais próprias”, houve um aumento de 53,2% no exercício em relação ao anterior, em função do aumento das receitas e das despesas operacionais.

As atividades administrativas do Município, considerando a sua execução orçamentária e os registros de fatos contábeis, sob o enfoque patrimonial, são suficientes para a cobertura dos dispêndios, desde que se efetivem os direitos a receber que foram reconhecidos por competência.

10.1.2 Resultado da Movimentação Financeira

As atividades da movimentação financeira, considerando sua execução orçamentária e os registros de fatos contábeis sob o enfoque patrimonial, são suficientes para cobertura dos dispêndios desta categoria, desde que se efetivem os direitos a receber que foram reconhecidos por competência.

Tabela 40 – Impacto nos Resultados da Movimentação Financeira

CONTAS CONTÁBEIS	2021	AV%	2020	AV%	AH%
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA FINANCEIRA	55.382.289,60	100,0	31.137.444,61	100,0	77,9
Juros e Encargos de Mora	39.214.457,54	70,8	25.059.014,89	80,5	56,5
Variação Monetária e Cambial	1.796.265,36	3,2	0,00	0,0	100,0
Remuneração de Depósitos, Bancários e Aplic. Financeiras	14.169.223,07	25,6	5.854.965,71	18,8	142,0
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	202.343,63	0,4	223.464,01	0,7	-9,5
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA FINANCEIRA	48.568.747,75	100,0	26.335.117,76	100,0	84,4
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	46.121.080,94	95,0	25.579.276,89	97,1	80,3
Juros e Encargos de Mora	270.537,98	0,6	8.761,98	0,0	2987,6

Variações Monetárias e Cambiais	2.177.128,83	4,5	747.078,89	2,8	191,4
RESULTADO DAS ATIVIDADE FINANCEIRAS	6.813.541,85	14,0	4.802.326,85	15,4	41,9

O resultado da variação financeira demonstra que a movimentação financeira no exercício foi positiva, havendo uma elevação de 41,9% em relação ao ano anterior.

10.1.3 Resultado das Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas

O balanceamento das contas de transferências e delegações, considerando sua execução orçamentária e os registros de fatos contábeis sob o enfoque patrimonial são suficientes para cobertura dos dispêndios desta categoria, desde que se efetivem os direitos a receber que foram reconhecidos por competência, neste caso, em especial podemos citar como exemplo, os restos a receber das operações intergovernamentais de 2020 e 2021

Tabela 41 - Impacto das contas de Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas

CONTAS CONTÁBEIS	2021	AV%	2020	AV%	AH%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	661.153.463,29	100,0	651.199.283,40	100,0	1,5
Transferências intragovernamentais	8.918.034,99	1,3	21.984.688,37	3,4	-59,4
Transferências Inter Governamentais	650.930.910,72	98,5	628.368.655,82	96,5	3,6
Transferências das Instituições Privadas	1.135.996,61	0,2	374.575,01	0,1	203,3
Transferências de Pessoa Físicas	168.520,97	0,0	471.364,20	0,1	-64,2
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	590.090.658,67	100,0	508.206.198,59	100,0	16,1
Transferências intragovernamentais	518.116.398,45	87,8	443.560.149,00	87,3	16,8
Transferências das Instituições Privadas	71.852.894,75	12,2	64.545.903,45	12,7	11,3
Execução Orçamentária Delegada	121.365,47	0,0	100.146,14	0,0	100,0
RESULTADO DAS ATIVIDADE FINANCEIRAS	71.062.804,62	10,7	142.993.084,81	22,0	-50,3

O resultado do exercício foi positivo em R\$ 71 milhões, sendo 50,3% menor do que o do exercício anterior.

10.1.4 Resultado da Movimentação de Ativos e Passivos

Os Ganhos com Incorporação de Ativos e Desincorporação de Passivo referem-se, basicamente, com a venda de bens patrimoniais e incorporação de bens de terceiros em uso pelo Município.

Tabela 42 - Impacto no Resultado da Movimentação de Ativos e Passivos

CONTAS CONTÁBEIS	2021	AV%	2020	AV%	AH%
VALORIZAÇÃO E GANHOS c/ATIVOS E DESINCORPOR. DE PASSIVO	392.730,02	100,0	2.620.765,20	100,0	-85,0
Ganhos com Alienação	163.658,91	41,7	2.620.765,20	100,0	-93,8
Ganhos com Incorporação de Ativos	180.000,00	45,8	0,00	0,0	100,0
Ganhos com Desincorporação de Passivo	49.071,11	12,5	0,00	0,0	0,0
DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS E INCORPOR. DE PASSIVO	133.056.549,32	100,0	215.243.099,01	100,0	-38,2
Reavaliação, redução, e valor recuperável e ajustes p/perdas	131.806.432,11	99,1	214.696.962,73	99,7	-38,6
Perdas involuntárias	8.982,05	0,0	47.375,72	0,0	-81,0
Desincorporação de Ativos	1.241.135,16	0,9	498.760,56	0,2	148,8
RESULTADO GANHOS E PERDAS - ATIVOS E PASSIVOS	-132.663.819,30	-33779,9	-212.622.333,81	-8113,0	-37,6

O resultado negativo dos Ganhos e Perdas - Ativos e Passivos deve-se aos registros na conta contábil de Ajustes de Perdas de Demais Créditos a Receber, pertencente ao subgrupo de contas Reavaliação, redução e valor recuperável e ajustes para perdas.

10.1.5 Resultado das Outras Variações Patrimoniais

Os grupos de Outras Variações Patrimoniais englobam os registros que não possuem classificação nas demais Variações Patrimoniais, sendo destacado na tabela abaixo e detalhado na sequência.

Tabela 43 - Impacto no Resultado das Outras Variações Patrimoniais

CONTAS CONTÁBEIS	2021	AV%	2020	AV%	AH%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	536.546.776,42	100,0	877.418.303,75	100,0	-38,8
Variações Patrimoniais Aumentativas a Classificar	704.002,90	0,1	347.173,98	0,0	102,8
Resultado positivos de Participações	121.709,28	0,0	8.616.486,40	1,0	-98,6
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	392.991.548,37	73,2	804.464.908,88	91,7	-51,1
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	142.729.515,87	26,6	63.989.734,49	7,3	123,1

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	184.525.471,35	100,0	144.877.298,37	100,0	27,4
Incentivos	124.190,00	0,1	112.229,92	0,1	10,7
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	184.401.281,35	99,9	144.765.068,45	99,9	27,4
RESULTADO DE OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	352.021.305,07	65,6	732.541.005,38	83,5	-51,9

O resultado positivo de Outras Variações Patrimoniais, no valor de R\$ 352 milhões, deve-se ao registro de Reversão de Ajustes de Perdas decorrentes dos lançamentos evidenciados na [Nota 5.2.2.3](#) – Ajustes de Perdas.

10.2 Considerações Finais sobre as Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do exercício não é um indicador de desempenho do Município, mas um medidor de quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas ou qualitativas dos elementos patrimoniais no respectivo período.

Para a Administração Pública é um indicador de gestão fiscal, por isso, a evolução do Patrimônio Líquido é objeto de análise do anexo de metas fiscais integrantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Resultado Patrimonial superavitário do exercício de 2021 em R\$ 517,8 milhões sofreu uma redução na ordem de R\$ 293,9 milhões decorrente da queda das Variações Patrimoniais Aumentativas somado à elevação das Variações Patrimoniais Diminutivas.

II – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2021 – Anexo 12

11– Balanço Orçamentário

11.1 Execução Orçamentária da Receita

As receitas realizadas no exercício de 2021 estão representadas abaixo em categorias econômicas, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário.

Houve um crescimento de 5,4% das receitas em 2021 em comparação com 2020, passando de R\$ 1,595 bilhões para R\$ 1,682 bilhões. Destacam o aumento nominal nas receitas de Transferências Correntes e Receita Patrimonial.

Tabela 44 – Receita Realizada

CONTAS ORÇAMENTARIAS	2021	AV%	2020	AV%	AH%
RECEITAS CORRENTES	1.638.600.703,18	97,4	1.530.691.506,60	95,9	7,0
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	912.114.276,03	54,22	799.478.866,00	50,1	14,1
Receita de Contribuições	47.945.762,00	2,85	40.758.931,21	2,6	17,6
Receita Patrimonial	22.097.247,33	1,31	59.820.989,74	3,7	-63,1
Receita de Serviços	1.912.971,52	0,11	1.528.348,19	0,1	25,2
Transferências Correntes	638.656.964,53	37,96	609.612.463,96	38,2	4,8
Outras Receitas Correntes	15.873.481,77	0,94	19.491.907,50	1,2	-18,6
RECEITAS DE CAPITAL	43.719.549,28	2,6	62.021.479,43	3,9	-29,5
Operações de Crédito	37.489.018,00	2,23	41.948.978,11	2,6	-10,6
Alienação de Bens	171.843,90	0,01	2.620.765,20	0,2	-93,4
Transferência de Capital	6.058.687,38	0,36	17.451.736,12	1,1	-65,3
RECEITAS CORRENTES	68.178,80	0,00	2.801.389,76	0,2	100,0
Indenizações Restituições e Ressarcimentos (Intraorçamentária)	68.178,80	0,00	2.801.389,76	0,2	100,0
TOTAL DAS RECEITAS	1.682.388.431,26	100,0	1.595.514.375,79	100,0	5,4
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	156.873.696,52	100,0	62.418.193,43	100,0	151,3
Recurso Arrecadados em Exercícios	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0
Superávit Financeiro	156.873.696,52	100,0	62.418.193,43	100,0	151,3
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0

11.2 - Balanço Orçamentário - Execução Orçamentária da Despesa

Observa-se que em 2021 foram empenhados R\$ 1,213 bilhões, enquanto em 2020 foram R\$ 1,036 bilhões.

Da mesma forma que em 2020, os empenhos de despesas correntes representam a maioria das despesas do município, participando em 2021 com 83,6% de toda despesa empenhada no período, conforme tabela seguir:

Tabela 45 – Despesa Empenhada

CONTAS ORÇAMENTARIAS	2021	AV%	2020	AV%	AH%
DESPESAS CORRENTES	1.014.100.803,38	83,6	887.720.184,87	85,6	14,2
Pessoal e Encargos Sociais	623.446.848,09	51,4	595.635.953,55	57,4	4,7
Juros e Encargos da Dívida	22.505.544,85	1,9	14.760.369,46	1,4	52,5
Outras despesas Correntes	368.148.410,44	30,4	277.323.861,86	26,7	32,8
DESPESAS DE CAPITAL	198.659.809,27	16,4	149.264.055,27	14,4	33,1
Investimentos	150.854.842,94	12,4	107.501.535,41	10,4	40,3
Inversões Financeiras	14.490.000,00	1,2	10.205.600,28	1,0	42,0
Amortização da Dívida / Refinanciamento da Dívida	33.314.966,33	2,7	31.556.919,58	3,0	5,6
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Reserva de Contingência	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.212.760.612,65	100,0	1.036.984.240,14	100,0	17,0
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Dívida Mobiliária	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Outras Dívidas	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Dívida Mobiliária	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Outras Dívidas	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.212.760.612,65	100,0	1.036.984.240,14	100,0	17,0
SUPERAVIT	469.625.819,11	38,7	558.530.135,65	53,9	-15,9
TOTAL	1.682.386.431,76	138,7	1.595.514.375,79	131,6	5,4

11.3 - Balanço Orçamentário - Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas e as despesas empenhadas no período, tendo em vistas os critérios estabelecidos pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Tabela 46 – Comparação entre a Receita e Despesa Orçamentária Executadas

CONTAS ORÇAMENTARIAS	2021	2020	AH%
Receitas Realizadas	1.682.386.431,76	1.595.514.375,79	5,4
Despesas Empenhadas	-1.212.760.612,65	-1.036.984.240,14	17,0
RESULTADO - Superávit Orçamentário	469.625.819,11	558.530.135,65	-15,9

O resultado orçamentário (diferença entre as receitas arrecadas e as despesas empenhadas) foi superavitário em R\$ 469,6 milhões, situação que é extremamente necessária, já que o Município efetua Transferências Financeiras às Entidades da Administração Indireta e à Câmara Municipal.

11.4 - Balanço Orçamentário - Execução dos Restos a Pagar

A Execução de Restos a Pagar refere-se à continuidade a ser dada aos procedimentos financeiros na execução das despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício findo, distinguindo-se as “Processadas” das “Não Processadas”. As “Processadas” são despesas inscritas em restos a pagar, “liquidadas” e não pagas, que correspondem aos bens e serviços recebidos e aceitos de forma definitiva. Quanto as “Não Processadas”, são despesas empenhadas e “não liquidadas”, que dependem de procedimentos específicos de recebimentos.

11.5 - Estoque dos Restos a Pagar

Do total inscrito, em 2021, em Restos a Pagar não Processados na ordem de R\$ 104,1 milhões, foram liquidados R\$ 29,6 milhões e cancelados 23,9 milhões, restando um saldo de R\$ 21,4 milhões.

Do total inscrito em Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados de R\$ 5,2 milhões, foram pagos R\$ 5,1 milhões e cancelados R\$ 38,6 mil, restando um saldo de R\$ 106,5 mil.

Em consonância com o art. 36 da Lei nº 4.320/1964, considera-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro.

A tabela a seguir mostra a trajetória da posição de restos a pagar inscritos e reinscritos no final de cada exercício.

Tabela 47 – Histórico da Composição dos Estoques de Restos a Pagar

Ano	Restos a Pagar Não Processados			
	Sd. Ant. + Inscr.	Cancelados	Liq. /Pagos	A Pagar
2013	44.333.847,88	11.018.669,20	21.138.797,23	12.176.381,45
2014	40.346.349,52	1.516.860,05	25.748.791,24	13.080.698,23
2015	69.147.811,19	7.168.431,38	35.613.552,38	26.365.827,43
2016	97.211.342,70	19.924.475,05	37.605.101,43	39.681.766,22
2017	98.765.364,81	9.133.680,02	37.390.279,97	52.241.404,82
2018	98.802.590,53	5.674.010,92	25.709.972,12	67.418.607,49
2019	162.629.606,63	11.222.793,51	130.765.344,05	20.641.469,07
2020	135.240.843,41	23.235.790,96	97.929.526,53	14.075.525,92
2021	104.117.006,91	23.923.074,17	29.564.588,54	21.449.274,15
2022	190.939.481,45			

Ano	Restos a Pagar Processados			
	Sd. Ant. + Inscr.	Cancelados	Liq. / Pagos	A Pagar
2013	14.061.050,03	834.812,93	11.668.293,32	1.557.943,78
2014	14.185.501,57	84.401,57	12.185.177,47	1.915.922,53
2015	16.658.848,59	326.346,38	12.497.987,73	3.834.514,48
2016	14.547.151,25	90.493,03	10.978.228,34	3.478.429,88
2017	13.521.167,53	1.506.248,60	9.842.639,63	2.172.279,30
2018	18.612.441,17	494.336,09	17.824.247,98	293.857,10
2019	22.045.625,26	103.658,62	21.697.444,90	244.521,74
2020	10.256.818,03	8.426.592,97	1.717.995,79	112.229,27
2021	5.250.313,42	38.670,06	5.105.154,90	106.488,46
2022	1.686.120,70			

III – BALANÇO FINANCEIRO

Exercício de 2021 – Anexo 13

12 – Balanço Financeiro

12.1 - Resultado Financeiro

O Balanço Financeiro objetiva demonstrar todas as entradas e saídas de recursos financeiros sejam de origem orçamentária ou extraorçamentária, bem como os saldos do início e do final do período.

Também apresenta os fluxos de caixa e equivalentes de caixa de uma forma diferente da Demonstração dos Fluxos de Caixa, separando as receitas e despesas orçamentárias das extraorçamentárias e de transferências. Além disso, esse demonstrativo segue o regime de caixa e detalha as receitas e despesas orçamentárias de acordo com grupos de fontes.

Registra-se que as fontes vinculadas determinam, já no momento da arrecadação, a destinação dos recursos de acordo com vinculações legais, enquanto as fontes de recursos ordinários podem ser utilizadas para qualquer finalidade, inclusive, para complementar as despesas em áreas cuja arrecadação em fontes vinculadas específicas não seja suficiente.

Tabela 48 – Resultado Financeiro

DESCRIÇÃO CONTÁBEIS	2021	2020	AH%
Ingresso - Receita Orçamentária (I)	1.682.386.431,76	1.595.514.375,79	5,4
Dispêndio - Despesa Orçamentária (II)	-1.212.760.612,65	-1.036.984.240,14	17,0
Resultado Orçamentário (III = I - II)	469.625.819,11	558.530.135,65	-15,9

Ingresso - Transferências Financeiras Recebidas (IV)	8.851.791,09	21.718.238,60	-59,2
Dispêndio - Transferências Financeiras Concedidas (V)	-518.007.034,47	-443.476.119,00	16,8
Transferências Financeiras Líquidas (VI = IV - V)	-509.155.243,38	-421.757.880,40	20,7
Ingresso - Recebimentos Extraorçamentários (VII)	1.239.560.572,67	1.021.254.617,09	21,4
Dispêndio - Despesas Extraorçamentárias (VIII)	-1.131.878.642,82	-1.035.260.623,47	9,3
Resultado Extraorçamentários (IX + VII - VIII)	107.681.929,85	-14.006.006,38	-868,8
RESULTADO FINANCEIRO EXERCÍCIO (IX + VII - VIII)	68.152.505,58	122.766.248,87	-44,5
Ingresso - Saldo em Espécie de Exercício Anterior	327.535.290,86	204.769.041,99	60,0
Dispêndio - Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	395.687.796,44	327.535.290,86	20,8
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA	68.152.505,58	122.766.248,87	-44,5

O Balanço Financeiro é estruturado de forma a evidenciar o resultado financeiro do período que é a diferença entre o total dos ingressos financeiros e o total dos dispêndios financeiros, tanto orçamentários como extraorçamentários.

O resultado orçamentário apresentou uma redução de -15,9% em relação ao exercício anterior no valor de R\$ 558,5 milhões. Uma parcela significativa desse montante foi consumida pelo resultado das transferências financeiras.

O resultado extraorçamentário positivo obtido, em 2021, totalizou R\$ 107,7 milhões, o qual pode ser lido como recursos de terceiros que serão restituídos.

Por fim, o resultado financeiro do exercício foi positivo em 68,2 milhões, reduzindo o superávit do exercício anterior em -44,6%.

IV – BALANÇO FINANCEIRO – FLUXO DE CAIXA Exercício de 2021

13 – Fluxo de Caixa

13.1 Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) objetiva contribuir para a transparência da gestão pública, além de permitir um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

As informações da DFC são úteis para proporcionar aos usuários informações sobre a capacidade da entidade em gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como sua capacidade de liquidez em cada fluxo gerado das atividades, permitindo projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

A DFC foi elaborada pelo método direto de forma a evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, segregada nos seguintes fluxos: das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

Em função da adoção do Princípio da Unidade de Tesouraria, a Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa é igual ao Resultado Financeiro (evidenciado na Nota nº 12.1). Dessa forma, em 2021, o resultado apurado positivo foi de R\$ 68 milhões composto da seguinte maneira:

Tabela 49 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa – Formação

DESCRIÇÃO CONTÁBEIS	2021	2020	AH%
Atividades das Operações	78.567.260,22	119.826.021,68	-34,4
Ingressos (Receitas e Transferências)	2.722.093.427,03	2.498.750.051,67	8,9
Desembolsos (Orçamentários e Extraorçamentários)	2.643.526.166,81	2.378.924.029,99	11,1
Atividades de Investimento	-14.312.769,36	-7.584.835,08	88,7
Ingressos (Alienações de bens)	171.843,90	2.620.765,20	-93,4
Desembolsos (Aquisição de Ativo Não Circulante)	14.484.613,26	10.205.600,28	41,9
Atividades de Financiamento	3.898.014,72	10.525.062,27	-63,0
Ingressos (Operações de Crédito)	37.489.018,50	41.948.978,11	-10,6
Desembolsos (Amortização de dívida)	33.591.003,78	31.423.915,84	6,9
TOTAL GERAÇÃO LÍQUIDA E EQUIVAL. DE CAIXA	68.152.505,58	122.766.248,87	-44,5

Verifica-se no quadro acima que a redução de 44,5% na geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa teve como maior influência o aumento dos desembolsos nas Atividades das Operações.

GLOSSÁRIO

Este glossário foi produzido pela Secretaria do Tesouro Nacional para auxiliar a interpretação dos termos técnicos utilizados no Balanço Geral da União. Desta forma, considerando a similaridade da matéria, iremos aproveitá-lo, em parte, neste documento. Contudo, este glossário, não altera, nem sobrepõe as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Ações / Cotas em Tesouraria. Compreendem o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas, destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Ajustes de Exercícios Anteriores. Registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, integrando o subgrupo “Resultados Acumulados”.

Análise Horizontal (AH). Compreende a relação de cada conta da demonstração contábil com sua equivalente de exercícios anteriores. Mede, portanto, a evolução das contas ao longo de dois ou mais exercícios, permitindo projetar uma tendência futura.

Análise Vertical (AV). Compreende a importância relativa de cada conta com um valor-base dentro da demonstração contábil, permitindo inferir, por exemplo, se há itens fora das proporções usuais e qual a sua representação diante da totalidade de um grupo.

Ativo. Recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Ativo Circulante. Ativo que satisfaz a qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com a finalidade de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (b) o ativo está mantido essencialmente com a finalidade de ser negociado; (c) espera-se que o ativo seja realizado em até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou (d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Ativo Não Circulante. Ativo que não é classificado como ativo circulante, como, por exemplo, ativo imobilizado e ativo intangível.

Atos Potenciais Ativos. São valores não compreendidos no ativo e que, de forma imediata ou indireta, podem vir a afetar de maneira positiva o patrimônio público.

Atos Potenciais Passivos. São valores não compreendidos no passivo e que, de forma imediata ou indireta, podem vir a afetar de maneira negativa o patrimônio público.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais. Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas a aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), bem como as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

Bens de Uso Comum do Povo. Compreendem os bens que se destinam à utilização geral pela coletividade, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.

Bens de Uso Especial. Compreendem os bens que se destinam à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral, tais como hospitais, universidades e viaturas de polícia.

Bens Dominicais. Compreendem os bens que, apesar de constituírem o patrimônio público, não possuem uma destinação pública determinada ou um fim administrativo específico, tais como prédios públicos desocupados, terrenos de marinha e terras devolutas.

Caixa e Equivalentes de Caixa. Compreendem o caixa em espécie (dinheiro) e recursos alocados em conta corrente ou em aplicações financeiras para os quais não haja restrição de uso imediato. São mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Contribuições. Compreendem toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa

plenamente vinculada, tais como contribuições sociais e econômicas. Estão incluídas as contribuições sociais do RPPS, contribuições de intervenção do domínio econômico, contribuição de iluminação pública e contribuições de interesse das categorias profissionais.

Créditos a Curto Prazo. Compreendem os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, transferências, empréstimos e financiamentos concedidos e outros valores realizáveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Créditos Adicionais. Autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Cotas em Tesouraria. Ver Ações / Cotas em Tesouraria.

Curto Prazo. Período de até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Demais Obrigações. Compreendem as obrigações da entidade com terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Demais Reservas. Compreendem as demais reservas não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Despesas Orçamentárias. Fluxos que derivam da utilização de crédito consignado no orçamento da entidade, bem como em créditos adicionais, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial.

Despesa Orçamentária Empenhada. Consiste no valor que o Município reservou no orçamento para efetuar um pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Despesa Orçamentária Liquidada. Consiste no valor que o credor adquire como direito ao produzir um bem ou prestar um serviço, bem como quando do adimplemento de todas as condições necessárias à transferência de recursos pactuados em convênios e instrumentos congêneres.

Despesa Orçamentária Paga. Consiste no valor desembolsado no exercício de referência, em regra, após a regular liquidação.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos. Compreendem a variação diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação, perdas involuntárias. A incorporação de passivos compreende as incorporações de operações de crédito, provisões, restos a pagar, dentre outros. A desincorporação de ativos compreende o cancelamento de dívida ativa, encampação de dívidas passivas e baixa de bens, títulos e direitos.

Dívida Ativa. Abrange o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez.

Dividendos. Distribuições de lucros a detentores de instrumentos patrimoniais na proporção de suas participações em uma classe particular do capital.

Dotação Atualizada. Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos.

Dotação Inicial. Demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Empréstimos e Financiamentos. Compreendem as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor.

Estoques. Compreendem estoques de diversos tipos, tais como material de consumo, matéria-prima, produtos em acabamento, produtos acabados e outros tipos de estoques.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos. Compreendem as receitas auferidas com a exploração e a venda de bens, serviços e direitos que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso. Assim, estão incluídas as receitas patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços.

Fluxos de Caixa. São as entradas e saídas de caixa e de equivalentes de caixa.

Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento. São aqueles que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento, não classificadas como atividades operacionais.

Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento. São aqueles referentes à aquisição e à venda de ativos não circulantes e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa.

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais. São aqueles referentes às principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades diferentes das de investimento e de financiamento.

Fornecedores e Contas a Pagar. Compreendem as obrigações com fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, além das obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Gleba. Porção de terra que não tenha sido submetida a loteamento ou desmembramento.

Imobilizado. Compreende os bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria. São espécies de receitas tributárias, as quais compreendem toda prestação pecuniária compulsória – em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir – que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Intangível. Compreende direitos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, tais como software, marcas, direitos e patentes industriais.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo. Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Investimentos Permanentes. Compreendem as participações societárias diversas, bem como bens e direitos não classificáveis no ativo circulante, nem no ativo realizável a longo prazo, e que não se destinem à manutenção das atividades normais da entidade.

Juros. Encargos decorrentes do uso por terceiros de caixa ou equivalentes de caixa ou de valores devidos à entidade.

Longo Prazo. Período após doze meses da data das demonstrações contábeis.

Obrigações Contratuais a Executar. Compreendem o controle sobre os contratos celebrados pela Administração Pública na figura de contratante, visando à obtenção de bens e serviços com terceiros.

Obrigações Fiscais. Compreendem as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar. Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, bem como benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas. Compreendem o somatório das variações patrimoniais aumentativas não incluídas em grupos específicos, tais como: outras receitas correntes; ingressos extraorçamentários; variações patrimoniais a classificar; e reversão de provisões e de ajustes para perdas.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas. Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas em grupos específicos, tais como: premiações; incentivos; equalizações de preços e taxas; participações; e contribuições.

Pagamentos Extraorçamentários. São aqueles que não constam na lei orçamentária anual (LOA), compreendendo determinadas saídas de numerários decorrentes de depósitos, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação de receita e recursos transitórios.

Passivo. Obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Passivo Circulante. Passivo que satisfaz a qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que o passivo seja exigido durante o ciclo operacional normal da entidade; (b) o passivo está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (c) o passivo deve ser exigido no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou (d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Passivo Não Circulante. Passivo que não é classificado como passivo circulante.

Passivos Contingentes. Representam obrigações possíveis, resultantes de eventos passados, cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos. Além disso, são passivos

contingentes as obrigações presentes cuja saída de recursos é improvável ou cujo valor não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Quando a saída de recursos se torna provável, o passivo contingente é convertido em provisão, que deverá ser reconhecido no Balanço Patrimonial.

Pessoal e Encargos Sociais. Compreendem a remuneração do pessoal ativo, civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias, fixas ou variáveis, estabelecidas em lei, decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreendem, ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes as mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

Previsão Atualizada. Demonstra os valores da previsão atualizada das receitas, que refletem a reestimativa da receita decorrente de, por exemplo: (a) registro de excesso de arrecadação ou contratação de operações de crédito, podendo ser utilizadas para abertura de créditos adicionais; (b) criação de novas naturezas de receita não previstas na LOA; (c) remanejamento entre naturezas de receita; ou (d) atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas após a data da publicação da LOA.

Previsão Inicial. Demonstra os valores da previsão inicial das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Provisões. Compreendem os passivos de prazo ou de valor incerto.

Recebimentos Extraorçamentários. Compreendem os ingressos de recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Município é mero agente depositário; e a inscrição de restos a pagar. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Receitas Orçamentárias. Disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Município em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. Essas receitas pertencem ao Município, transitam pelo patrimônio do Poder Público, aumentam-lhe o saldo financeiro, e, geralmente, por força do Princípio Orçamentário da Universalidade, estão previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Receitas Orçamentárias Realizadas. Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária, na forma do art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Restos a Pagar. Compreendem as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício anterior.

Restos a Pagar Não Processados. Compreendem as despesas empenhadas, mas não liquidadas (e conseqüentemente não pagas) até 31 de dezembro do exercício anterior.

Restos a Pagar Processados. Compreendem as despesas empenhadas e liquidadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício anterior.

Resultado Orçamentário. Representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas.

Resultado Patrimonial. Representa o resultado patrimonial decorrente da diferença, positiva ou negativa, entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Resultados Acumulados. Subgrupo do “Patrimônio Líquido”, formado, fundamentalmente, pelo saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os “superávit” ou “déficit” acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. As diferenças entre ativos e passivos dos balanços consolidados foram compensadas nesse grupo.

Royalties. Encargos pelo uso de ativos de longo prazo da entidade, como, por exemplo, de patentes, marcas, direitos autorais e software.

Transferências e Delegações Concedidas. Compreendem o somatório das variações diminutivas com transferências intergovernamentais e intragovernamentais a instituições multigovernamentais, a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, a convênios e ao exterior.

Transferências e Delegações Recebidas. Compreendem o somatório das receitas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências das instituições Multigovernamentais, transferências das instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios, transferências do exterior, delegações recebidas e transferências de pessoas físicas.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo. Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto aquelas com pessoal e encargos, tais como: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, arrendamento mercantil operacional, aluguel, depreciação, amortização e exaustão.

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporações de Passivos. Compreendem a variação patrimonial aumentativa relativa à reavaliação de ativos, ao ganho com alienação de ativos, ou seja, quando o valor alienado do ativo é maior que o seu valor contábil, de maneira que a diferença compreende o ganho. Compreendem também a contrapartida da incorporação de novos ativos descobertos e a contrapartida da desincorporação de passivos, inclusive as baixas de passivo decorrentes do cancelamento de restos a pagar.

Variações Patrimoniais Aumentativas. Corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.

Variações Patrimoniais Diminutivas. Corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados aqui demonstrados são frutos dos registros efetuados tendo por suporte documentos hábeis remetidos para contabilização pelos órgãos da entidade ou extraídos através de sistema integrado, respondendo estes, pela veracidade, integralidade e procedência. Os gestores se encontram cientes de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante às responsabilidades quanto a documentação e procedimentos. A responsabilidade do profissional Contador que referenda essas demonstrações contábeis está limitada aos fatos efetivamente notificados pelos referidos órgãos da administração a este profissional.

Londrina, 31 de dezembro de 2021.

Marcelo Belinati Martins
Prefeito do Município

Newton Hideki Tanimura
Controlador-Geral do Município

Edson Gaiotto
Contador CRC PR-042011/O-5